



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2017



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Organização Municipal.....	1
1.3 Contexto Económico	4
1.4. Síntese da Atividade Municipal.....	6
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	12
2.1. Modificações aos Documentos Previsionais.....	12
2.2. Execução Orçamental da Receita	13
2.3. Execução Orçamental da Despesa	20
2.4. Execução das Grandes Opções do Plano.....	28
2.5. Indicadores Orçamentais.....	34
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	37
3.1. Análise do Balanço	37
3.2. Análise da Demonstração de Resultados	41
3.3. Indicadores Económico-Financeiros.....	45
3.4. Apuramento dos Custos por Função	46
3.5. Evolução da Dívida Municipal	48
3.6. Situação perante os Limites da Dívida Total	50
4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	53
5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	54
6. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	55
6.1. Execução do Programa de Apoio à Economia Local	55
6.2. Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso e Acordos de Pagamento	55
6.3. Declarações de Recebimentos em Atraso, Pagamentos em Atraso e Compromissos Plurianuais existentes a 31/12/2017.....	56

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO

O Relatório de Gestão e os documentos que integram a prestação de contas referentes ao exercício de 2017 foram elaborados, em cumprimento do disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Apesar de ter sido já aprovado, pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, que irá revogar na quase totalidade o POCAL, a sua produção de efeitos foi prorrogada, através da alteração efetuada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de setembro, para o dia 1 de janeiro de 2018, mantendo-se em 2017 a aplicação do referencial contabilístico anterior. Mais recentemente, através de circular do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais, foi determinado que, para as autarquias locais, o novo sistema contabilístico entrará em vigor apenas a 1 de janeiro de 2019.

Neste documento relatam-se os principais acontecimentos que contribuíram para o desempenho orçamental e patrimonial do município e desenvolve-se uma análise às políticas prosseguidas, aos resultados obtidos e à situação económica e financeira desta autarquia, utilizando, para este efeito, os dados constantes das demonstrações financeiras e dos restantes mapas que integram os documentos de prestação de contas.

1.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A composição dos órgãos municipais, Assembleia Municipal e Câmara Municipal, foi alterada em resultado das eleições realizadas a 01/10/2017, compreendendo uma distribuição diferente por forças políticas. A estrutura orgânica dos serviços municipais, a quem compete a execução das atividades de acordo com as orientações políticas e estratégicas definidas, não foi objeto de qualquer alteração no exercício em análise.

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul é constituída por 35 membros, dos quais 21 foram eleitos diretamente como deputados municipais e 14 desempenham as funções por inerência, na qualidade de Presidentes de Junta de Freguesia.

Na sequência do último ato eleitoral, os membros do órgão deliberativo apresentam a seguinte distribuição por forças partidárias:

PS: 22

PSD: 13

Presidente: Vítor Manuel Coelho Barros

Câmara Municipal

O órgão executivo é composto por 7 membros, o Presidente e 6 Vereadores, a quem está incumbida a responsabilidade pela definição e execução das políticas e estratégias municipais, no âmbito das competências que lhes estão legalmente atribuídas. A composição deste órgão também foi alterada de acordo com os resultados das últimas eleições autárquicas.

Presidente: Vítor Manuel de Almeida Figueiredo

(Assume diretamente as competências relativas às seguintes áreas: Proteção Civil, Florestas e Desenvolvimento Rural, Relacionamento com outros Órgãos Autárquicos, Obras Municipais por Administração Direta)

Vereadores:

- Daniel David Gomes Martins

- Pedro Miguel Mouro Lourenço (Vice-Presidente)

(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Finanças e Património Municipal, Modernização Administrativa, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Económico e Empresarial, Desporto, Termalismo, Recursos Humanos, Turismo, CIM Viseu Dão Lafões, ADDLAP e Adrimag)

- Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho

(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Educação, Cultura, Ação Social, Saúde, Bibliotecas e Museus e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens)

- José Manuel da Silva Tavares

- Francisco José de Matos

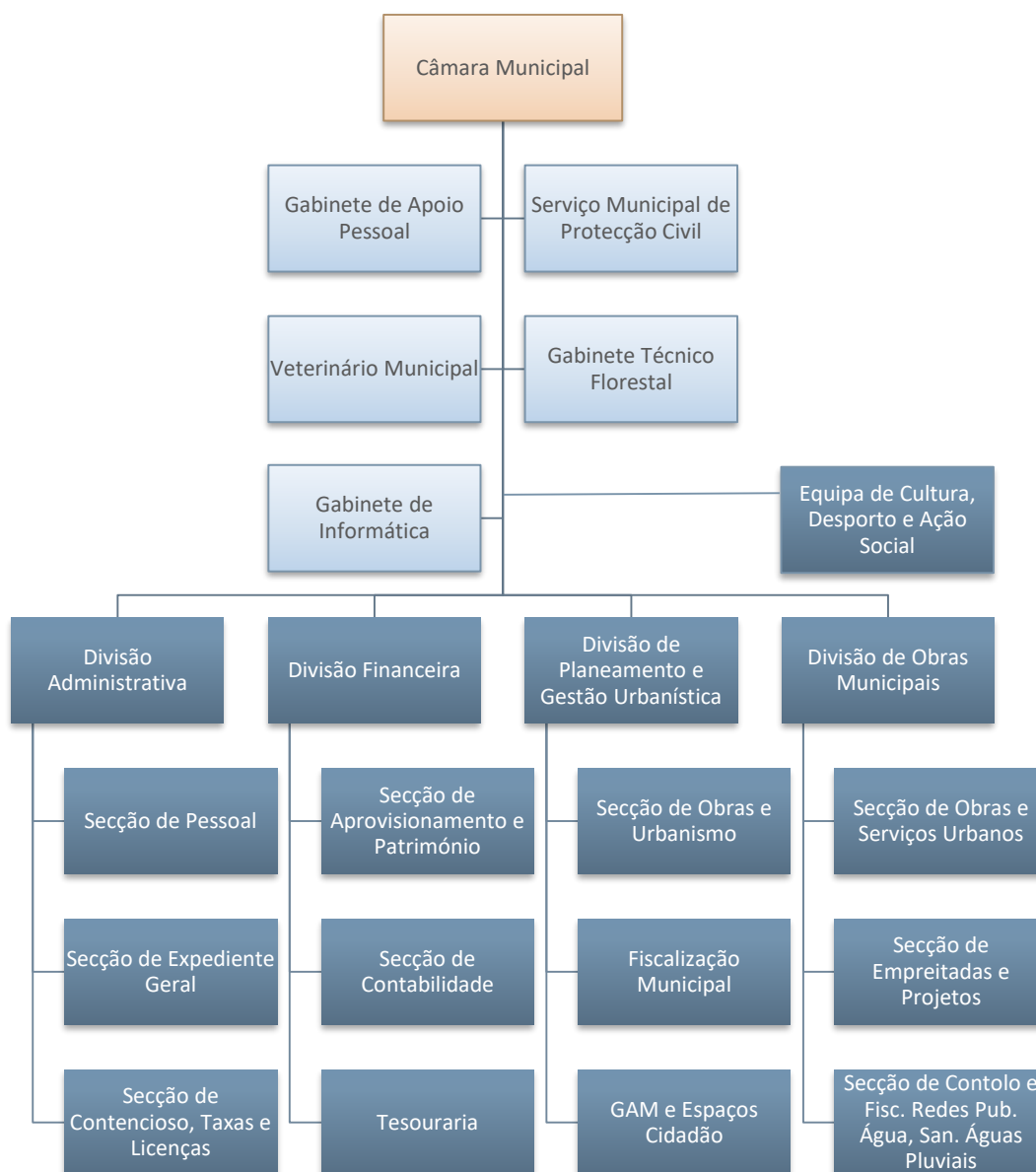
(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Urbanismo e Obras Particulares, Fiscalização, Trânsito e Toponímia, Ordenamento do Território e PDM-SIG, Mercados e Feiras, Taxas e Licenças, Cemitérios, Canil Municipal e Serviços Veterinários, Jardins e Espaços Públicos)

- Nuno Filipe Miranda Henriques Almeida

(Com competências delegadas/subdelegadas nas seguintes áreas: Águas e Saneamento, Ambiente, Salubridade e Serviços Urbanos, Juventude, Obras Municipais por Empreitada)

Estrutura dos Serviços

Os serviços municipais estão organizados de acordo com uma estrutura mista, que compreende uma estrutura matricial, composta por uma equipa multidisciplinar, e uma estrutura hierarquizada, composta por 4 unidades orgânicas flexíveis, 12 subunidades orgânicas e 5 serviços criados ao abrigo de legislação específica diretamente dependentes do Presidente da Câmara Municipal, organizados de acordo com o seguinte organograma:



1.3 CONTEXTO ECONÓMICO

Segundo projeções recentes do Banco de Portugal¹, a economia global atravessa um momento de recuperação cíclica que se deverá prolongar pelo período de 2017-2020. Na área do euro, o atual ciclo de expansão económica é extensível a todos os países, onde se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal, registando-se uma dispersão do crescimento e a dispersão da inflação em níveis mínimos. Fora da área do euro, é também esperada uma expansão sustentada da atividade e do comércio, com as condições monetárias e financeiras a permanecerem favoráveis a essa expansão.

Em linha com estas projeções, as estimativas recentes da Comissão Europeia, confirmam a passagem dos países europeus da "fase de retoma económica à fase de expansão", com um crescimento, em 2017, de 2,4%, tanto nos países da moeda única como na UE a 28, estimando-se que o crescimento económico atinja os 2,3% em 2018 e os 2,0% em 2019, tanto no espaço monetário único como na UE. A melhoria das perspetivas resulta, por um lado, de uma melhor dinâmica conjuntural na Europa, onde a situação dos mercados de trabalho melhorou e a confiança económica é particularmente elevada, e, por outro lado, de uma recuperação mais vincada do que o previsto da atividade económica mundial e das trocas comerciais internacionais. Os riscos negativos associados à incerteza em torno das negociações sobre o 'Brexit' continuam presentes, assim como as tensões geopolíticas recentes, não sendo expectável que os mesmos impliquem uma alteração da trajetória prevista.

Ainda relativamente aos países da zona euro, e no que se refere aos preços, confirma-se que a inflação se manteve, ao longo de 2017, moderada e sem grandes variações, devendo a taxa de inflação atingir os 1,5% em 2017, esperando-se que se mantenha neste valor em 2018 e suba ligeiramente em 2019, para os 1,6%, influenciada sobretudo pelos preços da energia. Em termos de mercado de trabalho, a tendência de evolução verificada nos últimos meses confirmou-se no final de 2017, evidenciada pela taxa de desemprego alcançada, na ordem dos 8,7%, face aos 9,7% de dezembro de 2016. Esta evolução beneficiou de uma melhora sustentada na criação de emprego nos setores dos serviços, comércio a retalho e construção, já que na indústria transformadora a evolução foi em sentido oposto.

No que se refere à economia nacional, com base em informação mais recente divulgada pelo INE, confirma-se que o PIB português registou um crescimento de 2,7% em 2017, superando as projeções efetuadas por diversos organismos. De acordo com a mesma informação, a economia portuguesa deverá continuar a ser favorecida por esta dinâmica de crescimento, baseada num comportamento forte das exportações, em particular de turismo, assim como, de condições monetárias e financeiras particularmente favoráveis nos próximos anos.

Este desempenho registado em 2017 resulta, em parte, dos benefícios de um aumento do consumo privado e, por esta via, do investimento, em resultado também da recuperação do mercado de

¹ Boletim Económico de Dezembro 2017

trabalho, com um crescimento do emprego superior ao da atividade. Segundo a entidade estatística nacional, o desemprego ficou, no final do ano, em 8%, menos 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior e menos 2,2 face ao mesmo período de 2016, registando a taxa mais baixa desde 2004. Ainda relativamente ao mercado de trabalho, de acordo com as projeções mencionadas, o emprego deverá apresentar, nos próximos anos, uma trajetória de crescimento ligeiramente inferior à da atividade (PIB), mais em linha com a relação histórica entre estas duas variáveis em fases de recuperação. Os ganhos de emprego derivam essencialmente da evolução do emprego privado, perspetivando-se igualmente uma trajetória de recuperação para o emprego público, mas mais moderada.

A inflação subiu para 1,6% em 2017, duas décimas acima da taxa de inflação registada na zona euro, que fechou 2017 com 1,4%, segundo dados da Eurostat. As perspetivas para a inflação nos próximos anos mantêm-se, contudo, estáveis, com uma variação progressivamente menor do preço dos bens energéticos a ser compensada por uma aceleração moderada do índice de preços no consumidor excluindo bens energéticos. Em comparação com a área euro, a inflação em Portugal regista e continuará a registar valores com diferenças reduzidas ou até tendencialmente nulas.

Ainda segundo as projeções do Banco de Portugal, nos próximos anos o desempenho económico favorável deverá ser consistente com a manutenção de alguns equilíbrios macroeconómicos fundamentais, nomeadamente no que se refere ao excedente na balança corrente e de capital. Apesar de se ter registado, nos últimos anos, uma aposta crescente no setor dos bens e serviços transacionáveis, com impacto evidente no crescimento económico, permanecem fragilidades estruturais que não podem ser ignoradas, associadas ao ritmo lento projetado para o processo de convergência real da economia portuguesa. Ainda segundo aquela entidade, será essencial o aproveitamento do atual momento para a correção dos grandes desequilíbrios macroeconómicos que permanecem, nomeadamente para a redução do endividamento público e privado, assim como, para direcionar o investimento para áreas que permitam aumentar o produto potencial, através do aumento dos níveis de capital por trabalhador e de uma melhor afetação de recursos.

Outro desafio está relacionado com o mercado de trabalho, uma vez que persiste, na economia nacional, uma percentagem de desempregados de longa duração de difícil reincorporação na atividade laboral, registando-se nos últimos anos uma redução da população ativa, que pode não ser totalmente revertida a médio prazo, assumindo-se como um fator restritivo do crescimento potencial da economia portuguesa. Esta questão está diretamente relacionada com os desafios demográficos que o país enfrenta, que, para além dos impactos no dinamismo económico, trazem desafios na área da segurança social que podem exigir, nos próximos tempos, especial atenção do poder político e dos vários níveis da administração pública.

Ao nível da administração pública local, a tendência de evolução económica assume também uma grande importância, uma vez que o financiamento da atividade da maioria dos organismos é garantido pela partilha de recursos públicos provenientes de impostos nacionais e pela matriz de

impostos e taxas de âmbito local, determinados com relativa autonomia. Por outro lado, em períodos de maiores restrições económicas, cabe normalmente à administração local um papel de compensação dos constrangimentos sentidos pela redução do rendimento disponível das famílias e pelas limitações do acesso a financiamento, sendo possível, em períodos de recuperação como o atual, canalizar os recursos disponíveis para setores de maior retorno associados a investimentos e para melhoria da qualidade dos serviços públicos complementares.

1.4. SÍNTESE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

Durante o ano de 2017, a atividade municipal foi fortemente influenciada pelos objetivos estratégicos definidos desde o início do mandato dos órgãos autárquicos, centrando-se na preparação e execução de vários projetos, alguns de dimensão relevante para a realidade de S. Pedro do Sul, e, em parte, já iniciados em anos anteriores. O foco da atuação autárquica manteve-se na intervenção em áreas consideradas prioritárias, de modo a que a generalidade dos municípios localizados nos mais dispersos pontos do território disponha dos meios e das infraestruturas adequadas a um quotidiano com qualidade, permitindo que permaneçam nos locais que escolheram, sem prejuízo de qualquer benefício que o serviço público municipal tem a obrigação de conceder. Por outro lado, a gestão municipal manteve também a atenção na criação de condições para que o concelho permaneça atrativo para os visitantes, através de investimentos específicos associados à dinâmica turística, mas também através de medidas mais abrangentes associadas à matriz mais elementar das atribuições municipais, que garantem o nível elevado de qualidade das infraestruturas e dos serviços básicos, conferindo-lhe competitividade local e regional.

Apesar das limitações e restrições que o equilíbrio financeiro exige, num quadro económico em recuperação e com uma estrutura interna algo inflexível, a atuação dos órgãos municipais permitiu que, através de um planeamento assente em critérios rigorosos e realistas, fosse possível a preparação de um quadro ambicioso de programas e projetos em áreas determinantes, com o objetivo de explorar todas as possibilidades que o atual quadro de financiamento comunitário oferece, otimizando a utilização dos recursos disponíveis e canalizando-os para iniciativas de maior benefício económico e social.

O ano de 2017, à semelhança dos anteriores, foi marcado pela disponibilidade das fontes de financiamento externas e pelo seu calendário de execução, tendo sido possível ao longo deste período avançar para a realização concreta de muitos dos projetos e ações idealizados e preparados anteriormente, com um impacto significativo nos níveis de atividade municipal e, por consequência, na sua estrutura orçamental e na política financeira, que se abordam agora por área de atuação.

Saneamento e Abastecimento de Água

As áreas de saneamento e abastecimento de água sempre mereceram, por parte do atual executivo municipal, uma atenção especial, já que registam, em zonas específicas do concelho, défices de cobertura, de qualidade das infraestruturas e de eficiência dos sistemas muito relevantes, entretanto já colmatadas em parte pelos investimentos realizados nos anos anteriores. Por estes motivos, no ano de 2017 foram intensificados os trabalhos de ampliação de redes de saneamento, que incluíram também infraestruturas de tratamento de águas residuais e, em muitos casos, sistemas complementares de abastecimento de águas. Na execução destes projetos a administração direta municipal tem assumido um peso importante, já que as equipas municipais foram a opção para a realização de muitos dos trabalhos previstos, atendendo à rapidez de resposta e ao amplo conhecimento do terreno que possuem.

No âmbito destes sistemas, foi iniciada, no ano de 2017, a execução do maior projeto de investimento do município - a ETAR Intermunicipal do Valgode - que pretende resolver um conjunto de problemas e constrangimentos sentidos há longos anos na infraestrutura de tratamento de águas residuais que serve os concelhos de S. Pedro do Sul e Vouzela e nos seus emissários. Depois de um complexo período de preparação, que incluiu a elaboração e aprovação de projetos de execução de dimensão significativa, a negociação e aquisição de terrenos e a aprovação de candidatura a financiamento comunitário, foi possível dar início a uma empreitada com um valor global superior a 4 milhões de euros, que terá um impacto determinante nos sistemas de saneamento de ambos os concelhos já que prevê a substituição e reformulação dos emissários de águas residuais e a reconversão da estação de tratamento.

Ainda nas mesmas áreas, para além deste investimento avultado, foram também iniciados outros investimentos relevantes relativos a subsistemas parciais com o objetivo de remodelar e ampliar as redes existentes, destacando-se as empreitadas de saneamento em Bordonhos, de saneamento e abastecimento de água em Serrazes, em Fermontelos e Figueiredo de Alva, na Rompecilha e na freguesia de Carvalhais. Paralelamente aos novos investimentos, foram também terminados diversos projetos iniciados em anos anteriores, nomeadamente, as ETAR de Sobral, Mosteirinho e Goja e Sendas, assim como diversos projetos de menor dimensão e montantes mais reduzidos, permitindo a conclusão de várias infraestruturas autónomas e mais eficientes.

Para além dos investimentos realizados, ao longo de 2017 foram também preparados outros investimentos futuros nestes sistemas, através da elaboração de projetos, negociação e aquisição de terrenos e elaboração de candidaturas, de modo a aproveitar os incentivos comunitários existentes. Esta aposta, que resulta de uma opção estratégica da gestão municipal, tem por objetivo final o aumento da cobertura das redes de abastecimento de água e saneamento a todos os núcleos populacionais do território concelhio, disponibilizando estes serviços básicos ao maior número de habitações possível.

Rede Viária

Na atividade relativa ao exercício de 2017 destaca-se também a execução de vários projetos na rede viária municipal, quer nas zonas mais urbanas e de maior circulação automóvel, quer nas ligações entre estas e as localidades mais distantes, onde as estradas e caminhos municipais assumem especial relevância porque permitem o acesso às áreas de maior concentração de comércio e serviços. Após vários anos em que a concentração de investimentos nesta área incidiu sobre as vias e arruamentos da cidade e zonas limítrofes, foram preparados e executados diversos investimentos em freguesias mais distantes com o objetivo de melhorar as acessibilidades entre as diversas localidades, principalmente em faixas de ligação a vias principais e em estradas de acesso a zonas mais acedidas por visitantes.

Dos investimentos efetuados na rede viária das freguesias, podem destacar-se os trabalhos desenvolvidos no alargamento da estrada de Serrazes, na retificação das estradas de Pindelo dos Milagres e Rio de Mel, a reabilitação de estradas e arruamentos em Sul, em Pinho e em Nespereira Alta, as pavimentações em Manhouce, entre outras. Deve ainda destacar-se o investimento na conclusão da variante ao Candal, cuja execução se prolongou por diversos anos, dificultando os acessos entre S. Pedro do Sul e Arouca e a mobilidade entre pontos turísticos da nossa serra. No total, no âmbito dos investimentos realizados através de empreitada, foi investido um valor superior a um milhão de euros, na sua quase totalidade apenas suportado por recursos próprios municipais.

Para além das empreitadas, foram desenvolvidos diversos trabalhos de menor complexidade, por recurso às equipas municipais de administração direta. Estes trabalhos incidiram sobre o alargamento de arruamentos existentes, construção de muros de suporte ou barreiras delimitadoras de outra natureza ou construção de redes de águas pluviais, conferindo às vias de comunicação mais segurança e maior capacidade de tráfego. Estas intervenções foram complementadas com iniciativas que visaram a manutenção contínua e permanente de toda a rede viária, garantindo a resolução de problemas relativos à degradação das vias de comunicação, que ocorre, muitas vezes, por força das condições climáticas adversas, mas também devido à utilização intensiva.

Cultura e Desporto

Na área cultural foi iniciada a execução de uma das obras mais relevantes do município nos últimos tempos – a reabilitação das Termas Romanas – dando cumprimento a uma ambição já longa de requalificação e valorização de património de elevadíssimo valor histórico e cultural, inserido na zona de maior potencial turístico da região. Este projeto, que resulta de um acordo alcançado com o Estado, permitirá recuperar os vestígios da passagem dos romanos pelas nossas termas, transformando antigas ruínas num espaço moderno e de grande significado para a cultura e para o termalismo concelhio, sendo possível, neste projeto, divulgar o conhecimento sobre a história das nossas termas e sobre um passado que marcou a evolução da nossa cultura. Este projeto, que envolverá um

montante de perto de 2 milhões de euros, é a maior intervenção pública na área da cultura na região centro, sendo financiada por fundos comunitários, pelo Estado e pelo município.

No âmbito das áreas da cultura e do desporto, têm-se mantido também as políticas já desenvolvidas em anos anteriores no que diz respeito aos apoios e parcerias regulares estabelecidas com associações, clubes, instituições de âmbito desportivo, recreativo e cultural e outras organizações cívicas, assim como, a cooperação pontual em projetos individuais ou coletivos que promovem estas áreas e que, no fundo, pretendem executar ações ou planos relacionados com as atribuições e competências municipais ou têm especial interesse público e concelhio. Para todos estes programas, para além dos apoios financeiros, as entidades locais contam com apoios logísticos diversos e com a disponibilização dos equipamentos existentes para realização das mais diversas iniciativas, no âmbito dos respetivos planos de atividade.

O município manteve igualmente a organização de diversos eventos desportivos, culturais e lúdicos, sendo alguns deles uma referência na região. Desde provas de atletismo, ciclismo, torneios de andebol e futsal, muitos foram os eventos que contribuíram para a promoção da prática desportiva, de um estilo de vida saudável e, consequentemente, do que de melhor o nosso município tem para oferecer. Este município tem mantido ainda uma atitude de abertura no acolhimento de eventos organizados por entidades terceiras de reconhecido interesse, procurando obter mais valias, não só para a vertente desportiva, mas também para a economia local. Na vertente cultural também foram organizadas diversas manifestações de iniciativa exclusivamente municipal, com destaque para as comemorações no âmbito do feriado municipal, integradas no projeto das Festas da Cidade, ou em épocas festivas tradicionais, como o Natal, com a Floresta Encantada, entre outros.

Educação

O investimento na área da educação tem também merecido especial atenção, não podendo ser medido apenas pelos recursos financeiros despendidos, já que a componente imaterial assume aqui um papel determinante. Mesmo com as dificuldades associadas à dispersão geográfica e à dependência, em parte, de financiamento do Estado, este executivo apoiou e deu continuidade aos projetos complementares à componente pedagógica sempre que foram identificadas necessidades ou justificadas pelos resultados obtidos. As atividades de tempos livres em férias escolares são um exemplo de preocupação e empenho por parte deste executivo, tendo sido concebidos projetos que permitiram ocupar os alunos com atividades lúdicas e recreativas, revelando-se um importante suporte à dinâmica familiar importante, face à incompatibilidade entre as férias escolares e as férias familiares.

Ainda na área da educação, apesar de se encontrarem em pleno funcionamento dois pólos escolares com infraestruturas recentes, que abrangem uma parte significativa das crianças do concelho, deu-se continuidade à melhoria das condições dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo deslocalizadas, garantindo os materiais e equipamentos adequados a alunos e professores. Paralelamente, foi

preparada a execução de um investimento de relevo na área escolar, que prevê a reabilitação e ampliação da escola de Vila Maior, transformando-a numa infraestrutura escolar moderna e adaptada às exigências atuais, que servirá a população escolar do nordeste do concelho, estimando-se que a execução decorra durante o ano de 2018.

A rede de transportes escolares tem sido também alvo de diversas alterações, compatibilizando-se as necessidades de transportes dos alunos com a disponibilização de transportes para as populações adultas, através do recurso às carreiras públicas. Em simultâneo, o município tem apostado na melhoria da frota de viaturas de transportes escolares, já que a gestão direta deste serviço, em situações cada vez mais frequentes, permite que os mesmos sejam perfeitamente adaptados às necessidades dos alunos e do sistema escolar, devido à maior facilidade na gestão de horários, bem como, dos locais de passagem e paragem.

Ação Social

A área da ação social manteve também a preocupação constante do executivo municipal. Atendendo às características da poluição do concelho e às fragilidades decorrentes da conjuntura económica atual, mantiveram-se, no ano de 2017, os apoios aos estratos mais carenciados, principalmente, nas vertentes da habitação e da ação social escolar, com o objetivo de garantir, por um lado, as condições mínimas de conforto habitacional às famílias que não possuem rendimentos para as assegurar, e por outro, de modo a contribuir para que a falta de recursos não seja um fator de abandono do sistema de ensino por parte dos alunos inseridos nessas famílias.

Em complemento aos apoios referidos, têm sido desenvolvidos projetos individuais e em parceria com instituições do concelho, com o objetivo de promover a inclusão social e o acompanhamento a estratos populacionais desfavorecidos. Devem destacar-se, nas iniciativas municipais, os projetos associados ao programa S. Pedro Mais Solidário, no âmbito do qual foram executadas diversas medidas e ações dirigidas para estratos populacionais mais vulneráveis, dos quais assumem impacto relevante os projetos de Incentivo à Natalidade, a Universidade Sénior, a medida Mais Saúde, o Termalismo Social, entre outros da mesma índole.

Turismo e Termalismo

O aproveitamento do potencial turístico do concelho tem sido um dos mais importantes objetivos da gestão municipal, não sendo possível, no caso de S. Pedro do Sul, abordar o turismo sem referir o termalismo. A área do termalismo, que está sob gestão direta da empresa municipal Termalitur, é, desde sempre, uma alavanca importante no desenvolvimento do nosso concelho e da região, permitindo a consolidação de outras atividades económicas direta ou indiretamente ligadas a esta, criando riqueza e emprego e contribuindo indubitavelmente para a coesão económica e social do concelho. Em termos de infraestruturas, os equipamentos termais possuem atualmente excelentes

condições para a prestação de serviços de saúde e de bem-estar, sendo uma referência nacional do setor, mas exigem um plano de intervenções contantes para que se mantenham operacionais e com um elevado nível de qualidade, atendendo ao desgaste provocado pela elevada frequência e pela utilização das águas termais. Essas intervenções, a par de intervenções no espaço público, têm exigido do município e da empresa local fortes investimentos, de modo a que a estância termal vá ao encontro das mais exigentes expectativas dos turistas e termalistas que nos visitam.

A par do termalismo, o município tem vindo a apostar nas potencialidades de outras vertentes turísticas no concelho, aproveitando a beleza das nossas serras e das aldeias típicas e o património histórico existente. Foi com este sentido que, ao longo dos últimos tempos, o executivo municipal participou em diversos programas de valorização territorial especificamente dirigidos ao turismo de montanha, muitas vezes em parceria com municípios vizinhos, procurando, através da valorização do património natural existente e dos conhecimentos e tradições da população local, dinamizar a região, contribuir para que surjam novos investimentos e para que os residentes mantenham uma atividade económica que lhes permita permanecer junto das suas origens.

Organização Administrativa e Financeira

A estrutura administrativa do município também tem sofrido algumas alterações, ainda que a um ritmo mais progressivo. O esforço de modernização administrativa dos serviços tem continuado com vista a um incremento da eficiência nos serviços prestados aos munícipes. Para além ter sido mantida a aposta na comunicação com cidadãos e empresas através de meios eletrónicos, as infraestruturas de suporte aos serviços públicos foram modernizadas, quer através da aquisição de novos equipamentos informativos, quer através da melhoria das aplicações informáticas de base, proporcionado maior rapidez de processamento e tratamento de processos, maior eficiência dos serviços e maior segurança da informação existente.

Em termos financeiros, e como se confirma ao longo do presente relatório, o objetivo centrou-se na manutenção da trajetória de consolidação com vista ao equilíbrio orçamental, fundamental para que a atividade continue de forma sustentada e sem quaisquer limitações nos serviços prestados. Procurou manter-se a dívida municipal em níveis admissíveis, garantindo o cumprimento dos limites de endividamento e as restrições à existência de pagamentos em atraso, de modo a que os recursos estejam disponíveis para acorrer às necessidades identificadas e para dar cumprimento aos programas e projetos, de acordo com os objetivos definidos.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A política orçamental do Município de S. Pedro do Sul foi conduzida de acordo com as disposições do POCAL e demais legislação aplicável, tendo como preocupação principal a manutenção do equilíbrio através da adequação das dotações da despesa à expectativa de obtenção de receita, num contexto de maior exigência e rigor em matéria financeira, principalmente de natureza orçamental e de tesouraria.

Em 2017 manteve-se a aposta do executivo municipal na identificação e eliminação das atividades redundantes ou não necessárias, adequando o volume de despesa aos níveis de financiamento existentes, de modo a garantir a manutenção da trajetória descendente dos encargos assumidos e não pagos registados no fim do exercício e o cumprimento dos objetivos fixados para este período de gestão.

Neste capítulo analisa-se a execução dos documentos previsionais, de acordo com os objetivos definidos, quer nos Orçamentos da Receita e da Despesa, quer nas Grandes Opções do Plano, evidenciando os resultados obtidos, os desvios verificados e comparando-os com o desempenho dos últimos exercícios. Apresentam-se ainda, indicadores de base orçamental que procuram complementar a análise aos mapas de execução orçamental.

2.1. MODIFICAÇÕES AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Os documentos previsionais resultam de um trabalho de previsão de todas as vertentes da atividade municipal, tendo por base as políticas e os objetivos estratégicos definidos, assim como os recursos disponíveis, de acordo com o conjunto de informações e indicadores existentes à data da sua elaboração. Surgem, contudo, ao longo dos exercícios, diversas alterações aos pressupostos que estiveram na base das previsões, que exigem alterações na composição e dotação das diferentes rubricas orçamentais da receita e da despesa, assim como das Grandes Opções do Plano.

Ao longo do exercício de 2017, foram efetuadas 26 alterações ao Orçamento e 24 alterações às Grandes Opções do Plano que se consubstanciaram essencialmente em transferências de dotações em excesso de várias contas para outras onde estas se revelaram insuficientes, por forma a adaptar estes instrumentos ao dinamismo da atividade autárquica e do funcionamento dos serviços. Efetuaram-se também 3 revisões orçamentais com o objetivo de incorporar o saldo da gerência anterior; incluir novos projetos nas Grandes Opções do Plano e reformular alguns projetos existentes, na sequência de novas linhas de financiamento aprovadas ou do ajustamento dos calendários de execução.

Q1. MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS				
Designação	Dotações Iniciais	Reforços	Anulações	Dotações Corrigidas
Receita	22 653 777 €	1 084 476 €	2 666 118 €	21 072 135 €
Despesa	22 653 777 €	3 161 848 €	4 743 490 €	21 072 135 €
GOP	9 807 839 €	1 391 028 €	3 517 729 €	7 681 138 €

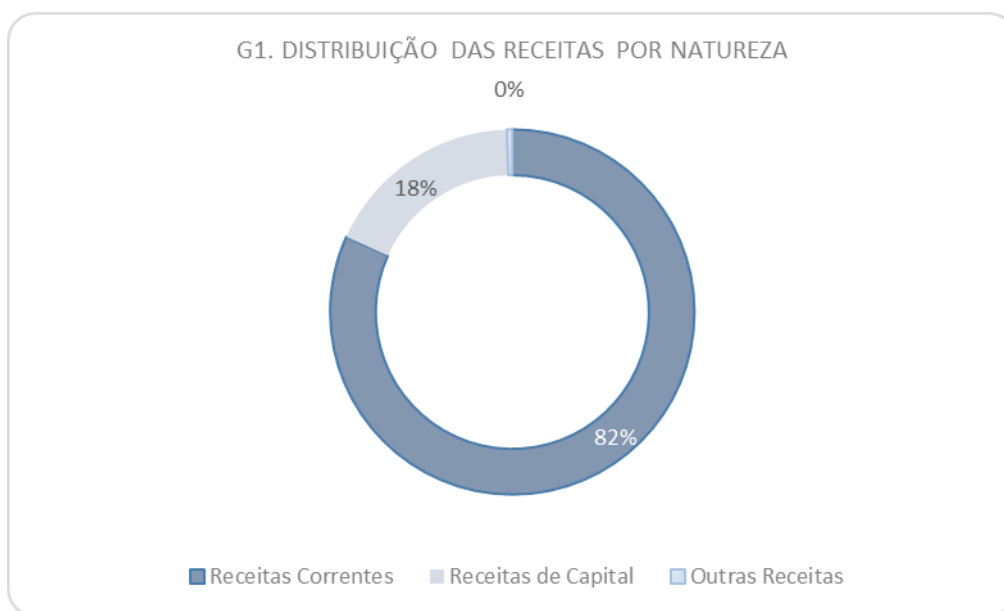
As modificações orçamentais efetuadas implicaram uma diminuição do valor total do Orçamento, que passou de um valor inicial de 22,654 milhões de euros, para um valor final corrigido de 21,072 milhões de euros, como resultado de um montante total de anulações significativamente superior ao valor de reforços efetuados. Também o valor total das dotações constantes no mapa das Grandes Opções do Plano foi reduzido na sequência das modificações efetuadas, passando de um montante de 9,808 milhões de euros, para um montante final na ordem dos 7,681 milhões de euros.

2.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

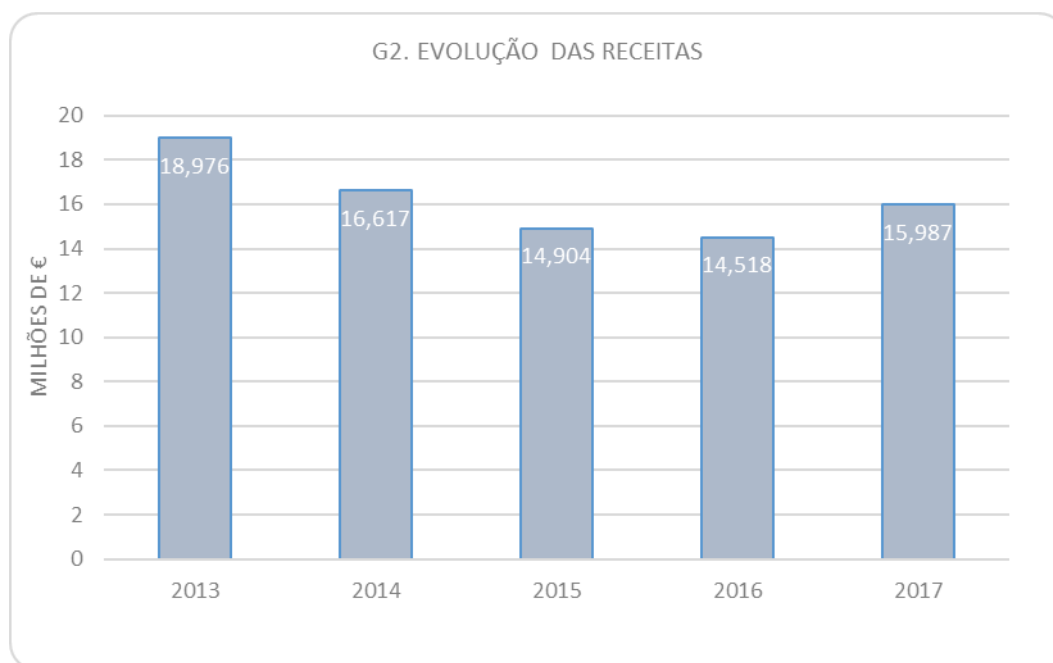
As receitas totais cobradas no exercício de 2017 totalizaram 15,987 milhões de euros, registando um aumento de cerca de 10% em relação ao montante das receitas do exercício anterior. Esta variação resulta do aumento registado, quer nas receitas correntes, que atingiram os 13,070 milhões de euros, quer nas receitas de capital, que alcançaram o valor de 2,842 milhões de euros. Os artigos considerados como outras receitas apresentaram, como é habitual, valores mais reduzidos, atendendo à sua natureza residual e reduzida frequência. Pelos valores obtidos, verifica-se, como é recorrente, uma distribuição bastante díspar das receitas por natureza, cabendo às receitas correntes 82% do total, enquanto que às receitas de capital apenas 18% daqueles valores.

Q2. EXECUÇÃO DAS RECEITAS POR NATUREZA				
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Taxa de Execução	
Receitas Correntes	15 274 033 €	13 070 297 €	86%	
Receitas de Capital	5 710 793 €	2 841 699 €	50%	
Outras Receitas	87 309 €	74 514 €	85%	
TOTAL	21 072 135 €	15 986 510 €	76%	

Devido à grande diferença entre as receitas das diferentes naturezas, as taxas de execução obtidas registam também diferenças significativas. As receitas correntes que, pelas suas características são receitas menos flexíveis e mais facilmente previstas, apresentam execuções mais próximas das previsões efetuadas, enquanto que as receitas de capital, muito dependentes de financiamentos externos associados à execução de projetos de maior complexidade e dimensão, apresentam com alguma regularidade taxas de execução mais baixas decorrentes de desvios significativos.



Em termos de evolução, a receita total cobrada em 2017 reflete uma inversão da tendência de redução registada desde 2013, motivada, em grande parte, pela melhoria na obtenção de receitas de capital, já que as receitas correntes cobradas apresentam uma oscilação também positiva, mas menos expressiva, conforme se pode verificar na análise efetuada ao longo do presente ponto.



Receitas Correntes

A execução das receitas correntes esteve muito dependente do desempenho dos artigos incluídos no capítulo de *transferências correntes*, que continua a ser, como vem sendo usual, o conjunto de contas que apresenta valores mais elevados, totalizando 7,736 milhões de euros. Este valor inclui uma parte

substancial das receitas provenientes do Orçamento de Estado, mais precisamente, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, que justificam o elevado peso destas contas na estrutura da receita municipal. No final do exercício apresentaram uma taxa de execução de praticamente 100%.

Q3. GRAU DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES			
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Taxa de Execução
Impostos diretos	1 959 341 €	2 166 330 €	111%
Impostos indiretos	11 820 €	60 516 €	512%
Taxas, multas e outras penalidades	304 850 €	302 855 €	99%
Rendimentos da propriedade	3 887 932 €	1 407 319 €	36%
Transferências correntes	7 759 841 €	7 736 068 €	100%
Venda de bens e serviços correntes	1 145 464 €	1 221 154 €	107%
Outras receitas correntes	204 785 €	176 056 €	86%
Total	15 274 033 €	13 070 297 €	86%

O segundo capítulo mais relevante para as receitas correntes foi o de *impostos diretos*, que registou um montante total cobrado de 2,166 milhões de euros. Para estes valores contribuiu destacadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI), que representa mais de 60% do valor cobrado, apesar dos restantes impostos municipais, designadamente, o imposto único de circulação, o imposto municipal sobre transmissões de imóveis e a derrama, registarem também valores bastante expressivos. Deve sublinhar-se que as previsões destas receitas são fundamentadas na média de cobranças dos últimos dois exercícios, atingindo-se, em anos de desempenho positivo, taxas de execução superiores a 100%, como foi o caso do ano em análise (cerca de 111%). Comparativamente com o exercício transato, as receitas de *impostos diretos* registaram um crescimento de perto de 12%, evidenciando os resultados da recuperação da economia na situação dos agentes económicos locais, traduzida no aumento dos níveis da atividade local.

Os valores provenientes de *rendimentos da propriedade* registaram uma diminuição, na ordem dos 7%, mantendo, contudo, a sua elevada relevância na estrutura das receitas correntes, com um peso nesta estrutura parcial de cerca de 11%. O valor total cobrado neste exercício totalizou 1,407 milhões de euros, provenientes, na sua quase totalidade, de rendas de concessão da rede de energia elétrica, de compensações relativas à exploração de energia eólica no concelho e de contrapartidas financeiras recebidas da empresa local Termalistur, EM, SA, pela exploração dos equipamentos termais. A taxa de execução deste capítulo foi, contudo, relativamente baixa, na ordem dos 36%, devido aos atrasos verificados na cobrança das receitas provenientes da exploração termal, assim como, na obtenção das receitas associadas à instalação e exploração de parques eólicos, justificados com o atraso na implementação de projetos associados ao aumento de capacidade dos parques eólicos instalados.

Os artigos que integram a *venda de bens e serviços correntes* apresentaram uma execução em linha com os valores de anos anteriores, no âmbito dos quais foram cobrados, neste ano, cerca de 1,189

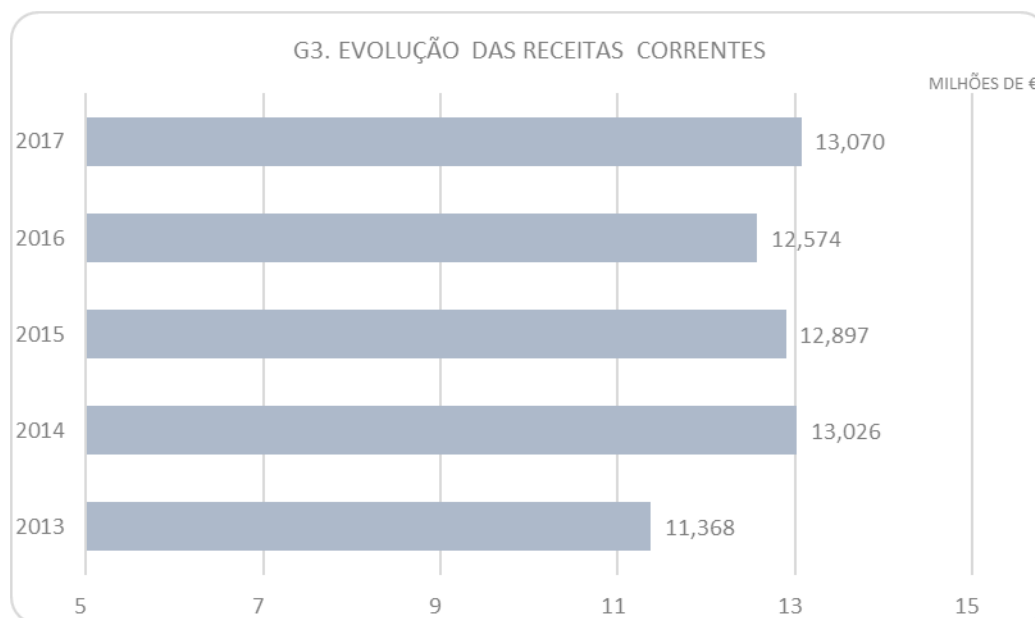
milhões de euros, resultantes, sobretudo, da venda de bens e serviços associada aos sistemas de abastecimento de água e de recolha de resíduos sólidos urbanos, assim como, dos serviços prestados nas áreas da educação, cultura e desporto. A execução orçamental de 2017 conduziu, também nestas contas, a um montante de receitas cobradas superior aos das respetivas previsões, alcançando-se uma taxa de execução de cerca de 107%, impulsionada pelo desempenho positivo das receitas do sistema de abastecimento de água e de receitas de natureza cultural e desportiva. Devido ao aumento verificado em várias parcelas da receita deste capítulo, os valores obtidos no exercício de 2017 ultrapassaram os valores do exercício anterior em cerca de 3%, espelhando aquilo que já se referiu relativamente aos *impostos directos*, ou seja, a situação positiva da economia local e dos seus agentes económicos permite uma atividade crescente, com resultados diretos e indiretos nas taxas, preços e outras receitas cobradas pelo município.

Os restantes capítulos das receitas correntes registaram valores significativamente menores, tendo, por este motivo, um peso pouco expressivo na estrutura global das receitas. As *taxas, multas e outras penalidades* registaram um valor de perto de 303 mil euros, representando um crescimento superior a 4 % em relação aos valores obtidos em 2016 e alcançando uma taxa de execução de 99%, como consequência de uma melhoria na obtenção de receitas associadas aos sistemas de saneamento e de loteamento e obras particulares.

As receitas de *impostos indirectos* apresentaram valores pouco expressivos, em resultado da reduzida incidência das diversas taxas nos processos aqui considerados. Registaram, contudo, um montante bastante superior ao verificado no exercício transato e ao montante previsto para o presente exercício, na sequência, por um lado, da adequação de algumas classificações nos documentos de receita, e, por outro, ao já referido aumento do dinamismo económico local. O *capítulo de outras receitas correntes*, que abarca um grupo de artigos residuais e de incidência pontual e irregular, registou também, em 2017, um montante bastante superior ao verificado em 2016, devido, em grande parte, a reembolsos de IVA obtidos que permitiram uma cobrança muito para além das previsões corrigidas.

Q4. COMPARAÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES COBRADAS			
Designação	2017	2016	Var. 16/17
Impostos directos	2 166 330 €	1 942 342 €	12%
Impostos indirectos	60 516 €	13 643 €	344%
Taxas, multas e outras penalidades	302 855 €	289 952 €	4%
Rendimentos da propriedade	1 407 319 €	1 512 443 €	-7%
Transferências correntes	7 736 068 €	7 581 589 €	2%
Venda de bens e serviços correntes	1 221 154 €	1 188 820 €	3%
Outras receitas correntes	176 056 €	45 002 €	291%
Total	13 070 297 €	12 573 790 €	4%

Na comparação dos valores das receitas correntes cobradas nos últimos 5 exercícios verifica-se que o valor obtido em 2017 é o mais elevado dos últimos anos, tendo aumentado cerca de 4% em relação ao ano anterior. Importa ainda referir que se registou, neste ano, uma inversão da tendência de decréscimo das receitas correntes verificada nos últimos 3 anos, que influenciou, no mesmo sentido, a trajetória das receitas totais.



Receitas de Capital

O montante das receitas de capital cobradas no exercício de 2017, no total de 2,842 milhões de euros, teve origem, como vem sendo habitual, apenas nas receitas integradas nos capítulos de *transferências de capital*, *passivos financeiros* e *venda de bens de investimento*. Com o maior peso no valor das receitas de capital arrecadas, as *transferências de capital* justificaram cerca de 2,289 milhões de euros, representando cerca de 81% do total cobrado desta natureza. Este capítulo inclui um conjunto de artigos, habitualmente com montantes elevados, que agrega uma parcela das receitas referentes às transferências provenientes do Orçamento do Estado, assim como, as receitas referentes a participações comunitárias para investimentos, que, no ano em análise, registaram um valor expressivo em resultado da execução de projetos cofinanciados de montante relevante.

Apesar do valor obtido ser superior ao registado em 2016 em cerca de 138%, a sua taxa de execução foi de apenas 47%, já que o valor das previsões (corrigidas) para este capítulo totalizaram 4,907 milhões de euros. Os desvios em relação aos montantes previstos verificaram-se nas transferências provenientes de financiamentos comunitários, uma vez que, como dependem da execução de projetos de elevada dimensão e/ou complexidade, registaram, neste ano, desvios proporcionais às diferenças de execução dos respetivos cronogramas físicos e financeiros.

Q5. GRAU DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL				
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução	
Venda de bens de investimento	253 993 €	2 711 €	1%	
Transferências de capital	4 906 760 €	2 288 988 €	47%	
Ativos financeiros	30 €	0 €	0%	
Passivos financeiros	550 000 €	550 000 €	100%	
Outras receitas de capital	10 €	0 €	0%	
Total	5 710 793 €	2 841 699 €	50%	

As receitas incluídas nos *passivos financeiros* apresentaram um valor semelhante ao registado nos últimos anos, no montante de 550 mil euros, correspondente ao recebimento das verbas do empréstimo de curto prazo contratualizado para o ano em análise, uma vez que não foi contratado qualquer outro financiamento enquadrável neste capítulo. Por este motivo e atendendo a que a previsão das receitas de empréstimos é apenas reconhecida, em termos orçamentais, com a respetiva contratação, a taxa de execução foi de 100%. Em termos comparativos, verificou-se uma diferença de cerca de 8% entre os valores executados em 2017 e no exercício anterior, resultante da opção do executivo de diminuir o valor contratado no âmbito do empréstimo mencionado.

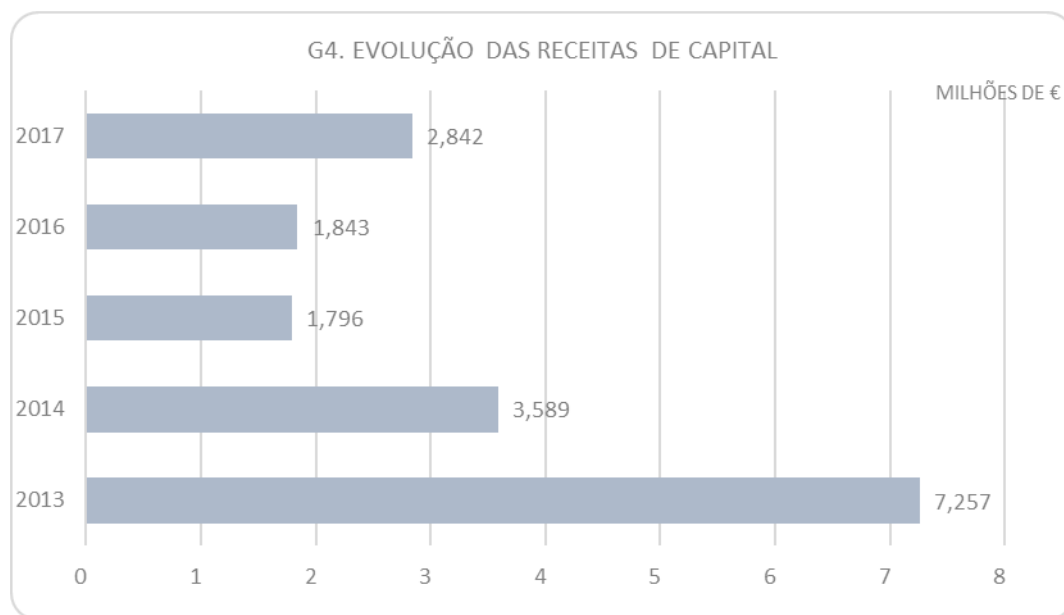
Os valores englobados no capítulo de *venda de bens de investimento* foram significativamente inferiores aos registados em anos anteriores, já que, do valor previsto na ordem dos 254 mil euros, foi cobrado um montante inferior a 3 mil euros, representando um decréscimo de 99% em relação a 2016. Importa, porém, sublinhar que as previsões orçamentais basearam-se nas regras definidas no art. 83.º da Lei n.º 42/2016, havendo a expectativa do executivo municipal de que seria possível desenvolver, com sucesso, os procedimentos de alinação de bens móveis e imóveis não necessários para a atividade municipal, até ao limite máximo daí resultante, o que não se veio a confirmar.

Nos restantes capítulos das receitas de capital, *ativos financeiros* e *outras receitas de capital*, não se registaram quaisquer valores uma vez que se referem a receitas muito específicas relacionadas com operações que não se verificaram.

Q6. COMPARAÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL COBRADAS			
Designação	2017	2016	Var. 16/17
Venda de bens de investimento	2 711 €	279 169 €	-99%
Transferências de capital	2 288 988 €	963 593 €	138%
Ativos financeiros	0 €	0 €	0%
Passivos financeiros	550 000 €	600 000 €	-8%
Outras receitas de capital	0 €	0 €	0%
Total	2 841 699 €	1 842 762 €	54%

A análise dos valores obtidos nesta natureza de receitas, nos últimos 5 anos, permite que se conclua, na linha do que foi referido, que os seus montantes aumentaram significativamente no exercício de

2017. É importante, contudo, sublinhar, neste exercício comparativo, que, desde a execução do ano de 2013, cujas receitas de capital atingiram um valor extraordinário devido ao impacto do financiamento contraído no âmbito do PAEL, os montantes cobrados sofreram uma redução progressiva, coincidindo com períodos de menor relevância dos financiamentos comunitários. O ano de 2017 marcou, neste aspeto, uma inversão da trajetória impulsionada pelos resultados do aproveitamento do atual quadro de financiamento europeu. Note-se, contudo, que estas variações têm sido constantes ao longo dos anos, estando diretamente relacionadas com os ciclos de disponibilidade dos financiamentos externos.



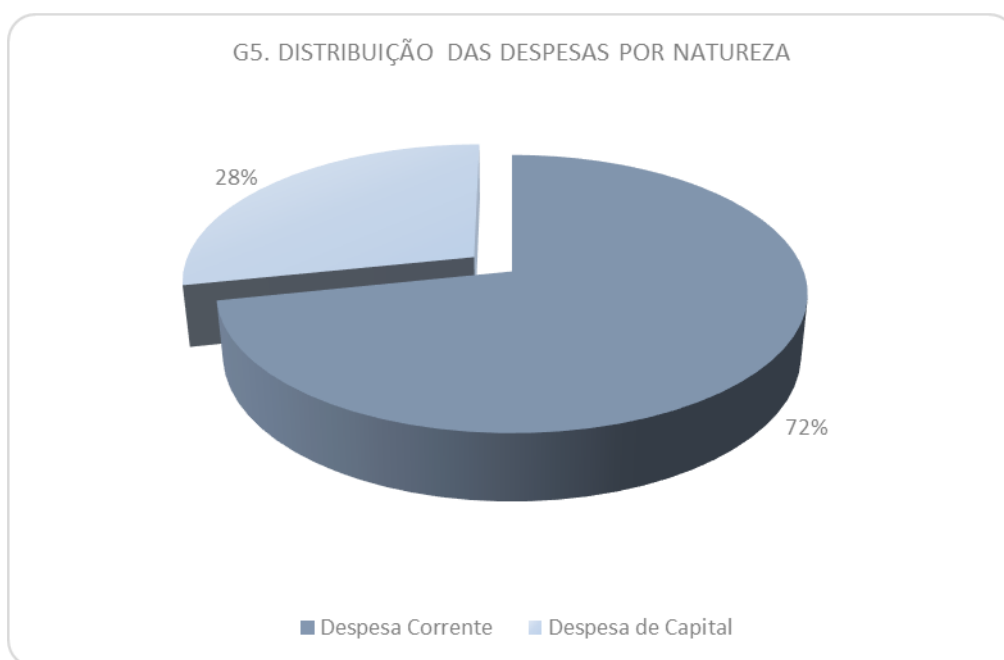
Outras receitas

As receitas que, nos termos do classificador económico, não se consideram de natureza corrente ou de capital apresentam, habitualmente, valores sem significado e peso na estrutura global das receitas municipais. O exercício de 2017 não foi exceção e os valores relativos ao *saldo da gerência anterior* não ultrapassaram os 73 mil euros, enquanto que as *reposições não abatidas nos pagamentos* apresentaram um montante muito reduzido e bastante inferior ao valor previsto e liquidado.

Q7. GRAU DE EXECUÇÃO DE OUTRAS RECEITAS			
Designação	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Tx. Execução
Reposições não abatidas nos pag.	14 547 €	1 752 €	12%
Saldo da gerência anterior	72 762 €	72 762 €	100%
Total	87 309 €	74 514 €	85%

2.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A despesa global paga totalizou 15,970 milhões de euros, dos quais 11,446 milhões de euros corresponderam a despesas correntes, enquanto que 4,524 milhões de euros se referiram a despesas de capital suportadas no exercício. Esta distribuição por natureza traduz-se, em termos relativos, em 72% para despesas correntes e 28% para despesas de capital, representando uma alteração em relação ao ano anterior, em consequência de uma maior afetação dos recursos disponíveis para o investimento municipal, para a qual os financiamentos externos, nacionais mas sobretudo comunitários, foram determinantes. Tem ficado demonstrado ao longo dos anos que, tal como já referido na execução da receita, as variações significativas na execução orçamental da despesa decorrem essencialmente da maior disponibilidade de financiamento para investimentos, já que os restantes agregados da estrutura orçamental, de natureza eminentemente corrente, se mantêm relativamente estáveis e registam alterações pouco substanciais associadas a acontecimentos conjunturais.



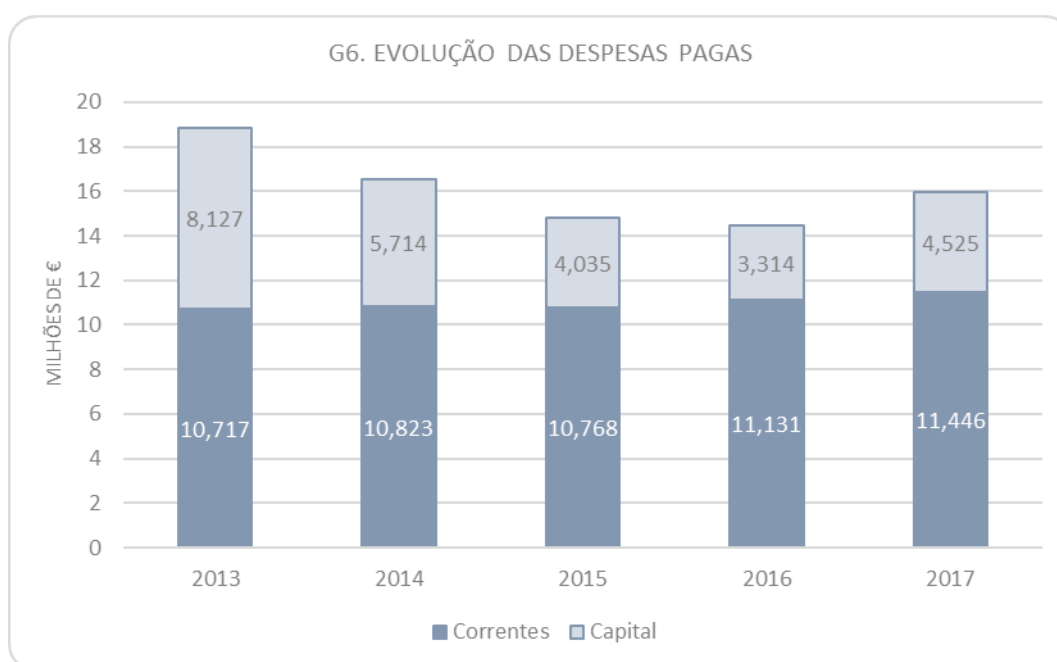
As taxas de execução de cada um destes agregados são também influenciadas por estes fatores e pela maior ou menor capacidade de conseguir adequar as estimativas de obtenção dos recursos às expectativas de execução das componentes da despesa, principalmente relacionadas com o planeamento dos investimentos mais relevantes. Neste contexto, apurou-se, no ano em análise, uma taxa de execução de 90% nas despesas correntes e de 54% nas despesas de capital, resultando uma taxa de execução global das despesas de 76%.

A diferença nas taxas de execução das duas naturezas da despesa resulta das próprias características das rubricas que as integram, já que as despesas correntes são essencialmente despesas de carácter regular, mais rígidas e facilidade de determináveis porque estão relacionadas

com o normal funcionamento dos serviços municipais, enquanto que as despesas de capital são compostas essencialmente por investimentos que, muitas vezes, envolvem projetos de dimensão considerável e cuja programação sofre frequentemente alterações. A execução obtida em 2017 reflete estas diferenças, verificando-se, todavia, nas despesas de capital, um desvio superior ao verificado em anos anteriores devido ao significativo atraso registado na execução alguns projetos relevantes, para os quais não foi possível efetuar, até ao final do exercício, a reprogramação dos respetivos cronogramas.

Q8. EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR NATUREZA			
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesa Corrente	12 697 448 €	11 445 600 €	90%
Despesa de Capital	8 374 687 €	4 524 671 €	54%
Total	21 072 135 €	15 970 271 €	76%

Na análise aos 5 exercícios anteriores, pode constatar-se que o montante de despesas pagas em 2017 foi o valor mais elevado dos 3 últimos exercícios, pelos motivos já referidos e relacionados com a maior disponibilidade de recursos financeiros direcionados para investimentos. Tendo presente que o exercício de 2013 foi influenciado pelo recebimento das verbas contratualizadas no âmbito do PAEL e, bem assim, pelos pagamentos que estas verbas financiaram, pode concluir-se que a execução de 2017, no que respeita a despesas correntes, ficou em linha com os valores dos últimos exercícios, mantendo a tendência de crescimento moderado registada, enquanto que, nas despesas de capital, os montantes pagos foram superiores aos verificados em exercícios de menor peso da componente de investimentos.



Despesas Correntes

As despesas correntes pagas em 2017, no montante total de 11,446 milhões de euros, aumentaram cerca de 3% em relação a 2016, devido à melhoria registada na execução de parte das contas que as integram. As despesas desta natureza apresentam, apesar de tudo, alguma regularidade e as variações que registam decorrem, habitualmente, de imposições legais ou de renegociação de contratos de fornecimento de bens ou serviços, já que a sua natureza está associada a compromissos fixos, permanentes e regulares, que se mantêm, na sua maioria, ao longo dos anos. Em especial, numa autarquia local com uma elevada influência das unidades orgânicas instrumentais, o peso das receitas correntes é mais evidente, sendo reforçado sempre que a atividade municipal, mesmo que por via dos investimentos, aumenta.

Q9. GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES				
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Despesas com o pessoal	6 437 391 €	6 406 038 €	6 389 587 €	99%
Aquisição de bens e serviços	4 732 773 €	4 092 276 €	3 667 952 €	78%
Juros e outros encargos	100 558 €	96 228 €	96 153 €	96%
Transferências correntes	1 251 071 €	1 213 733 €	1 130 721 €	90%
Subsídios	0 €	0 €	0 €	0%
Outras despesa correntes	175 655 €	175 655 €	161 187 €	92%
Total	12 697 448 €	11 983 930 €	11 445 600 €	90%

Na composição das despesas correntes por agrupamento de rubricas, constata-se que as *despesas com o pessoal* registaram, como vem sendo habitual, o maior valor absoluto, atingindo cerca de 6,390 milhões de euros, o que equivale a um aumento de perto de 2% em relação aos valores pagos em 2016. Esta variação resultou de um aumento das remunerações pagas aos trabalhadores, em grande parte, devido aos efeitos da reposição total dos cortes nos vencimentos dos funcionários públicos, assim como, do acréscimo dos pagamentos para os regimes de proteção social, diretamente dependentes das variações das remunerações. Apesar do seu peso relevante, a taxa de execução alcançada nestas contas foi de perto de 100%, o que significa que a quase totalidade das despesas previstas (corrigidas) foram realizadas e pagas. Estes indicadores não são, contudo, surpreendentes, atendendo à regularidade deste tipo de despesas e à sua fácil previsão, já que a maioria decorre de vínculos permanentes.

As rubricas de *aquisição de bens e serviços* registaram o segundo valor mais elevado na execução das despesas correntes, também em consonância com o que se tem verificado ao longo dos anos, para as quais foram destinados cerca de 3,668 milhões de euros. Em comparação com os valores de 2016, verificou-se uma diminuição de 4% traduzindo os resultados da implementação de políticas de redução ou otimização de custos intermédios e de funcionamento, traduzidos na redução de quantidades consumidas e na melhoria de condições de contratos de aquisição de bens e serviços, designadamente, na área da energia, combustíveis, transportes, entre outros.

Como estas despesas abrangem um conjunto vasto de rubricas que incluem todas as aquisições correntes destinadas ao funcionamento dos serviços municipais, a previsão das dotações necessárias torna-se também complexa e suscetível de registar modificações, alterações e desvios, de acordo com a execução de vários programas e projetos e do ritmo da própria atividade municipal. Por estes motivos, a taxa de execução orçamental neste agrupamento é inferior às alcançadas nas restantes rubricas das despesas correntes, situando-se, em 2017, na ordem dos 78%. Refira-se ainda que, pelas características já referidas, é nestas rubricas que se registam os valores mais elevados de despesas correntes realizadas e não pagas, tendo sido possível, contudo, atingir o valor mais reduzido dos últimos anos.

Os montantes englobados nas rubricas de *transferências correntes* assumem diversos objetivos, destinando-se, na sua essência, a compensar financeiramente entidades terceiras pela execução de atividades de interesse municipal, ou ainda a apoiar iniciativas de carácter social, cultural ou desportiva. O valor da despesa paga cresceu, em 2017, cerca de 54%, como consequência da liquidação de transferência para o setor empresarial local com o objetivo de efetuar a cobertura do desvio de resultados, que não foi necessária em 2016. Os restantes registos demonstram oscilações pouco relevantes, mantendo, na generalidade, montantes idênticos ao longo dos exercícios. Atendendo a que as despesas aqui inseridas são normalmente sujeitas a prévia aprovação pelo órgão executivo e, em alguns casos, incluídas em instrumento contratual, a sua execução apresenta desvios pouco significativos, atingindo, no ano em análise, 90% dos valores previstos.

Das restantes rubricas, deve destacar-se a redução verificada nas despesas relativas a *juros e outros encargos*, cujos montantes pagos sofreram uma redução de 64% em relação aos valores de 2016, situando-se agora em pouco mais de 96 mil euros. Esta redução resulta, por um lado, da diminuição do volume de pagamentos em atraso e a correspondente redução dos juros de mora, e por outro, da diminuição da dívida financeira de médio e longo prazo decorrente do cumprimento dos planos de amortização e da ausência de novos financiamentos. A diminuição da incidência destes encargos permitiu também adequar de forma mais rigorosa as previsões aos valores a suportar, sendo possível a obtenção de uma taxa de execução na ordem dos 96%.

As rubricas consideradas *outras despesas correntes* reúnem um conjunto de contas residuais que contempla alguns encargos que o município suporta de carácter pontual ou excecional. No exercício de 2017 foram pagos, no âmbito deste agrupamento, cerca de 161 mil euros, a que corresponde um aumento de 394% em relação aos valores executados em 2016. Esta variação resultou de um aumento significativo de restituições de impostos, nomeadamente, de IMI e IMT efetuados no exercício de 2017, bem como, de um aumento, ainda que muito menos expressivo, dos impostos e taxa suportados. Considerando que estas rubricas foram dotadas de acordo as necessidades sentidas ao longo do exercício, os valores previstos e realizados foram, na sua quase totalidade, pagos, alcançando-se uma taxa de execução de 92%.

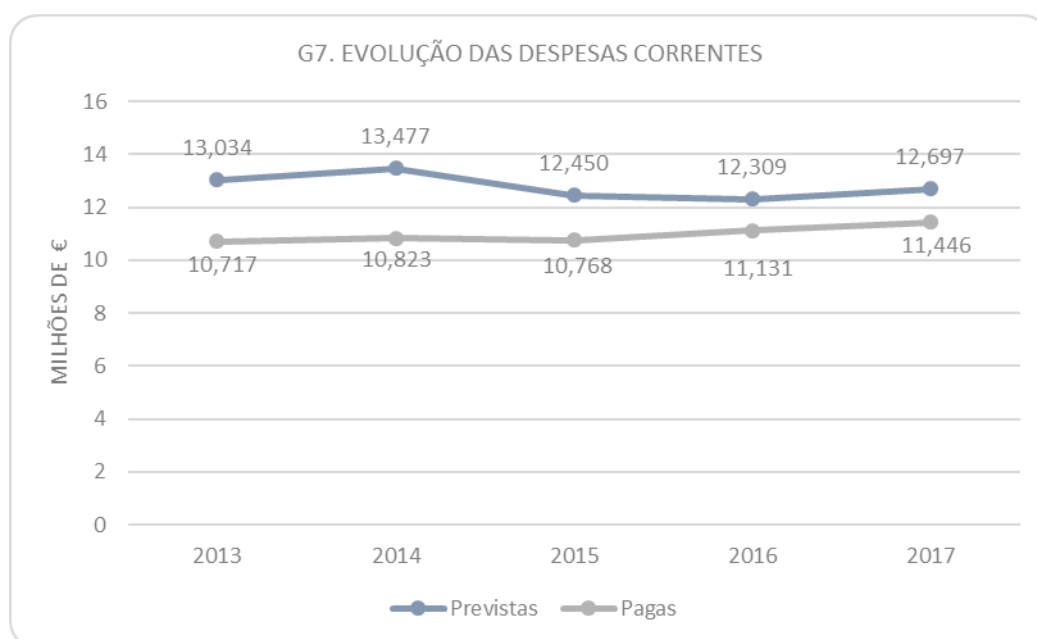
Q10. COMPARAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES PAGAS			
Designação	2017	2016	Var. 16/17
Despesas com o pessoal	6 389 587 €	6 268 497 €	2%
Aquisição de bens e serviços	3 667 952 €	3 830 381 €	-4%
Juros e outros encargos	96 153 €	265 547 €	-64%
Transferências correntes	1 130 721 €	734 128 €	54%
Subsídios	0 €	0 €	0%
Outras despesas correntes	161 187 €	32 619 €	394%
Total	11 445 600 €	11 131 172 €	3%

Complementando a análise já efetuada, constata-se, relativamente à importância de cada agrupamento de despesas correntes na estrutura do orçamento municipal, que as *despesas com o pessoal* mantêm o seu elevado peso na estrutura parcial das despesas correntes, representando cerca de 56% destas, bem como, na estrutura das despesas totais, na qual representam cerca de 40%. As rubricas de *aquisição de bens e serviços* têm o segundo maior peso nas estruturas, cabendo-lhe 32% do valor das despesas correntes pagas e cerca de 23% do total das despesas. Deve sublinhar-se que estes agrupamentos, em conjunto, reúnem 88% das despesas correntes e cerca de 63% das despesas totais.

Os restantes agrupamentos, em conjunto, representam cerca de 12% das despesas correntes e apenas cerca de 9% do valor total das despesas pagas. Registe-se ainda que o peso de cada agrupamento nas estruturas parcial e total das despesas não tem sofrido alterações de relevo, podendo destacar-se, pelos motivos já abordados, o reforço da importância relativa das *transferências correntes*, já que o seu peso aumentou 3 p.p. nas despesas correntes e 2 p.p. nas despesas totais.

Q11. PESO DOS AGRUPAMENTOS DE DESPESAS CORRENTES				
Designação	Peso na Estrutura		Variação (16/17)	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Despesas com o pessoal	56%	40%	-0,49 p.p.	-3,39 p.p.
Aquisição de bens e serviços	32%	23%	-2,36 p.p.	-3,55 p.p.
Juros e outros encargos	1%	1%	-1,55 p.p.	-1,24 p.p.
Transferências correntes	10%	7%	3,28 p.p.	2,00 p.p.
Subsídios	0%	0%	0,00 p.p.	0,00 p.p.
Outras despesa correntes	1%	1%	1,12 p.p.	0,78 p.p.
Total	100%	72%	0,00 p.p.	-0,05 p.p.

Numa análise à trajetória das despesas correntes nos últimos exercícios, deve ainda referir-se que as despesas correntes pagas em 2017 registaram um valor ligeiramente mais elevado do que nos 2 anos anteriores, sendo, todavia, de destacar a aproximação gradual entre os valores previstos e os valores pagos, refletindo a preocupação permanente de adequar os valores dos orçamentos, ainda que corrigidos ao longo da gerência, às necessidades efetivas dos serviços e à capacidade do município para as liquidar.



Despesas de Capital

Conforme já mencionado anteriormente, as despesas de capital pagas em 2017 totalizaram 4,525 milhões de euros, tendo registado um crescimento de 37% em relação aos valores pagos no exercício anterior. Esta variação resulta, em primeira análise, e tal como já foi salientado, das características das diversas rubricas da despesa aqui consideradas, que contemplam essencialmente encargos associados à aquisição ou construção de bens duradouros ou de investimento, muito dependentes de fontes de financiamento externo, cuja execução aumenta em períodos de maior disponibilidade destes recursos, como foi o caso do ano de 2017.

Q12. GRAU DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL				
Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Realizadas	Despesas Pagas	Tx. Execução
Aquisição de bens de capital	6 960 878 €	4 124 706 €	3 154 445 €	45%
Transferências de capital	83 603 €	41 521 €	40 021 €	48%
Ativos financeiros	102 231 €	102 231 €	102 231 €	100%
Passivos financeiros	1 194 882 €	1 194 882 €	1 194 882 €	100%
Outras despesas de capital	33 092 €	33 092 €	33 092 €	100%
Total	8 374 687 €	5 496 432 €	4 524 671 €	54%

Pelos motivos agora descritos, as rubricas de *aquisição de bens de capital* concentraram a maior parte dos recursos desta natureza, com um montante de despesa na ordem dos 3,154 milhões de euros, já que reúnem todos os investimentos municipais, incluindo os projetos cofinanciados. Este valor aumentou cerca de 87% em relação aos valores de 2016, pelos motivos referidos anteriormente, uma vez que os anos de 2016 e 2017 foram períodos de preparação e início de alguns projetos de grande dimensão financiados pelo atual quadro de financiamento comunitário, registando-se, por isso, uma

maior execução orçamental no ano em análise. Este grupo de despesas está, contudo, associado a atividades mais complexas e de mais difícil previsão, registando-se, em diversos projetos e iniciativas, o desfasamento entre os planos iniciais e a efetiva realização, quer por atraso no início dos trabalhos, quer por ritmos de execução inferiores aos pretendidos. Por estes motivos, registaram-se desvios consideráveis em relação às dotações orçamentais, prejudicando a respetiva taxa de execução, que se situou-se nos 45%, apesar da taxa de realização ser relativamente superior, na ordem dos 76%.

A execução das rubricas relativas a *passivos financeiros* registou o segundo valor mais elevado das despesas de capital, justificando um montante de pagamentos de 1,195 milhões de euros. A execução destas rubricas não apresentou desvios, já que tem por base o cumprimento de planos de amortização previamente definidos, havendo total correspondência entre o valor das dotações corrigidas e os valores realizados e pagos. Apesar da regularidade deste tipo de despesa ao longo dos exercícios, verificou-se uma diminuição significativa dos montantes envolvidos nos últimos anos, em resultado de uma redução dos encargos com empréstimos contratados junto de instituições financeiras, justificada, por um lado, pelo menor valor dos financiamentos de curto prazo, e, por outro, pela finalização de alguns contratos de médio/longo prazo. Refira-se, ainda, que, desde 2012, ano da contratação do empréstimo no âmbito do PAEL, este município não contraiu qualquer outro financiamento bancário, com exceção dos empréstimos de curto prazo cujos efeitos estão limitados ao exercício económico, não assumindo a forma de dívida fundada.

Ainda no âmbito das despesas de capital, mas com menor dimensão do que os agrupamentos referidos anteriormente, os *ativos financeiros* concentraram cerca de 102 mil euros, destinados exclusivamente à contribuição do município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM) prevista na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Sendo uma participação definida nos termos da legislação referida, a sua execução não apresentou qualquer desvio e os seus montantes são idênticos aos registados em anos anteriores.

As *transferências de capital* registaram um montante na ordem dos 40 mil euros, em linha com o valor do ano anterior, destinados, na sua quase totalidade, ao pagamento de indemnizações a entidades privadas relativas à constituição de servidões administrativas sobre parcelas de terrenos destinadas a projetos de saneamento, e a apoios a instituições sem fins lucrativos no âmbito de atividades relevantes associadas às atribuições municipais de âmbito cultural e social. A taxa de execução destas rubricas situou-se em 48%, devido à assunção de compromissos que acabaram por não se realizar até ao final do exercício.

Por último, as rubricas relativas a *outras despesas de capital*, que concentram habitualmente um conjunto de despesas residuais, registaram, neste ano, um valor na ordem dos 33 mil euros relativos a restituição de uma parcela de verbas recebidas relativas a financiamento nacional no âmbito de um contrato de cooperação técnica e financeira.

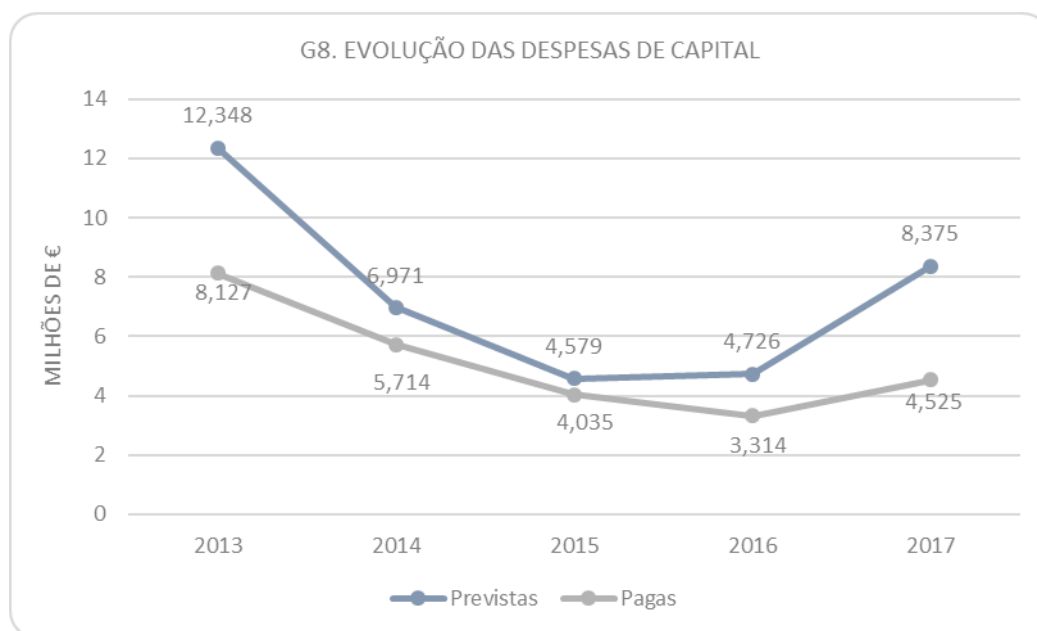
Q13. COMPARAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PAGAS			
Designação	2017	2016	Var.16/17
Aquisição de bens de capital	3 154 445 €	1 682 957 €	87%
Transferências de capital	40 021 €	42 967 €	-7%
Ativos financeiros	102 231 €	102 231 €	0%
Passivos financeiros	1 194 882 €	1 485 877 €	-20%
Outras despesas de capital	33 092 €	0 €	ind.
Total	4 524 671 €	3 314 031 €	37%

Na análise mais detalhada ao peso de cada conjunto de rubricas nas despesas de capital e nas despesas totais, verifica-se, de acordo com o que se refere anteriormente, que a *transferências de capital de capital* reúne a maior parcela de recursos financeiros, representando cerca de 70% das despesas de capital e cerca de 20% das despesas totais. O peso deste agrupamento registou, no ano de 2017, um reforço do seu peso na ordem dos 19 p.p. e 8 p.p., nas estruturas da despesa de capital e total, respetivamente. Em sentido contrário, as rubricas de *passivos financeiros* assumiram, no exercício em análise, um peso relativo inferior ao verificado no ano transato nas despesas de capital, devido à diminuição destas despesas e do reforço da importância da *aquisição de bens de capital*. Ainda assim, este agrupamento representa 26% das despesas de capital e 7% das despesas totais.

As operações relativas a *transferências de capital*, *ativos financeiros* e *outras despesas de capital* tiveram, naturalmente, um peso bastante inferior nas despesas, representando, em conjunto, perto de 4% das despesas de capital e pouco mais de 1% das despesas totais, decorrente das características das rubricas que englobam.

Q14. PESO DOS AGRUPAMENTOS DE DESPESAS DE CAPITAL				
Designação	Peso na Estrutura		Variação (16/17)	
	Capital	Total	Capital	Total
Aquisição de bens de capital	70%	20%	18,93 p.p.	8,10 p.p.
Transferências de capital	1%	0%	-0,41 p.p.	-0,05 p.p.
Ativos financeiros	2%	1%	-0,83 p.p.	-0,07 p.p.
Passivos financeiros	26%	7%	-18,43 p.p.	-2,80 p.p.
Outras despesas de capital	1%	0%	0,73 p.p.	0,21 p.p.
Total	100%	28%	0,00 p.p.	5,39 p.p.

Na avaliação da evolução das despesas de capital pagas e as suas dotações corrigidas ao longo dos últimos 5 anos, pode confirmar-se que a execução do exercício em análise representou uma inversão da tendência de redução dos montantes pagos nos últimos anos. Verifica-se, contudo, que, em consequência das dificuldades de execução de algumas rubricas de investimentos, a diferença entre os valores previstos e pagos aumentou em 2017, justificando uma taxa de execução menor.



2.4. EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

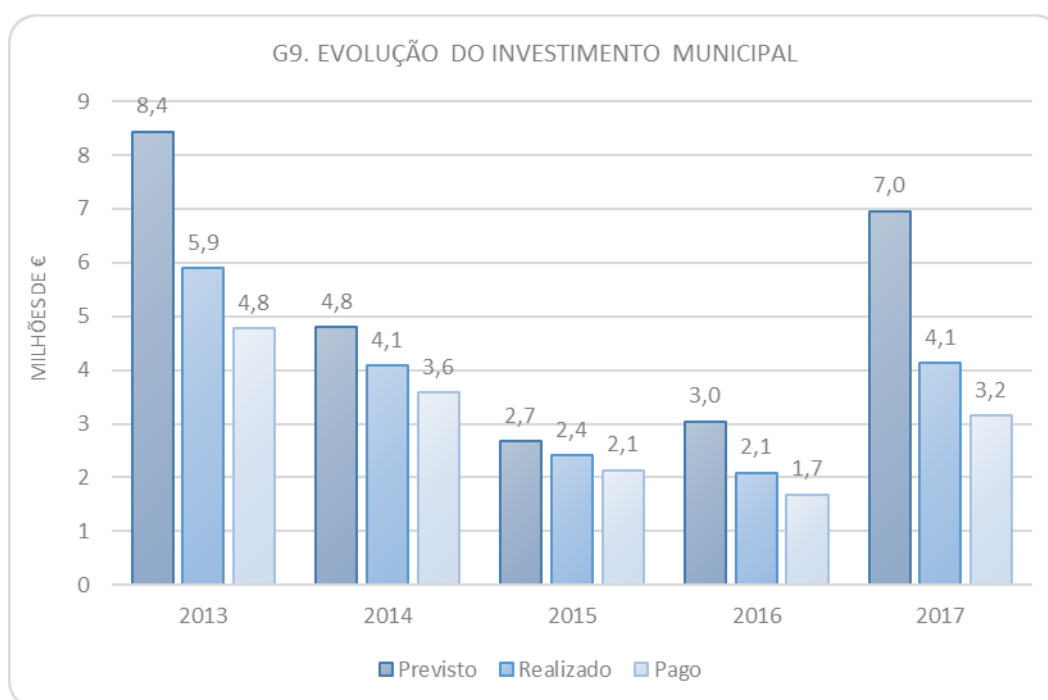
A análise à execução das Grandes Opções do Plano (GOP) permite uma avaliação sucinta do grau de cumprimento dos objetivos estratégicos e dos programas definidos pelo executivo municipal, detalhados por projetos e ações num horizonte plurianual de 4 anos. Esta análise incide sobre os dois mapas que as compõem, mais especificamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que reúne todas as despesas orçamentais a realizar por investimentos, e o mapa das Atividades Mais Relevantes (AMR), onde constam despesas de outra natureza consideradas relevantes para a atividade municipal ou complementares a investimentos também previstos.

Plano Plurianual de Investimentos

O montante canalizado para investimentos municipais atingiu, em 2017, os 3,154 milhões de euros, tendo crescido em relação a 2016 cerca de 48%. Este aumento dos valores investidos resulta, conforme é referido na análise às despesas de capital, da maior execução de alguns projetos de investimento relevantes com cofinanciamento comunitário, mas também de um volume considerável de investimentos efetuados com recursos a receitas próprias do município, que se consideraram, no âmbito da estratégia de gestão municipal, como imprescindíveis atendendo ao benefício público que permitem. Esta maior distribuição de recursos para investimento não permitiu, contudo, uma melhoria nas taxas de execução, pelos motivos também já abordados e relacionados com a complexidade do planeamento de projetos de maior dimensão e a impossibilidade de se adequarem as estimativas orçamentais à efetiva execução física das operações. A taxa de execução deste tipo de

despesa atingiu, assim, os 45%, ficando bastante distante das taxas de execução obtidas em despesas de outra natureza e das taxas alcançadas em anos anteriores.

Esta evolução das diferentes fases da execução dos investimentos é confirmada na análise à evolução do investimento municipal nos últimos exercícios económicos. Conforme se verifica no gráfico apresentado, após uma quebra significativa do investimento desde 2013 (valores pagos), que coincidiu com períodos de abrandamento na execução de projetos com cofinanciamento, os montantes pagos em 2017 representam uma alteração da trajetória, verificando-se, porém, uma maior diferença entre os valores previstos e os valores realizados e pagos.



Analisando o conjunto de investimentos municipais por objetivos e programas definidos nas Grandes Opções do Plano, conclui-se que, tal como aconteceu em 2016, o objetivo Valorização Territorial e Qualificação Urbana foi responsável pela maior parcela de recursos financeiros, com um valor global de pagamentos na ordem dos 2,675 milhões de euros. O montante de investimento pago em 2017 sofreu um acréscimo na ordem dos 116%, justificado pelo elevado valor dos projetos incluídos nos vários programas que o objetivo engloba. Sublinhe-se que os valores aqui registados representam cerca de 85% do total do investimento pago no exercício em análise.

Destes programas, destaca-se claramente a Rede Viária e Sinalização, que inclui o conjunto de intervenções nas vias de comunicação municipais e que se tem revelado preponderante na gestão municipal pela importância para a mobilidade da população e para o acesso a localidades mais distantes da sede de concelho, sendo determinante que estas proporcionem aos seus utilizadores a segurança necessária nas suas deslocações. O conjunto de projetos aqui englobados justificou um volume de despesa na ordem dos 973 mil euros, representando um crescimento de cerca de 8% em relação aos valores registados no ano anterior. Apesar do peso significativo dos valores pagos, este

programa registou a mais reduzida taxa de execução em relação ao valor realizado de todos os programas de investimento, demonstrando que, apesar do bom nível de realização, transitaram de exercícios montantes por pagar superiores aos registados nos restantes programas.

No âmbito do mesmo objetivo, destacam-se também os programas de Saneamento e Abastecimento de Água, que são habitualmente planeados e executados em conjunto, já que reúnem um plano de investimentos interrelacionados entre si que incidem nas redes destes sistemas integrados. Estas áreas de intervenção têm merecido uma atenção especial do executivo municipal, bem patente no número de projetos em execução no exercício, para os quais foram canalizados (em conjunto) cerca de 816 mil euros, destinados ao pagamento de investimentos na remodelação, beneficiação e ampliação das redes públicas, equivalendo a cerca de 26% do valor global dos investimentos pagos. Deve, contudo, referir-se que nos projetos relacionados com o programa de Saneamento registou-se uma taxa de execução bastante inferior à média, na ordem dos 29%, em resultado, em grande parte, do desvio registado na execução do maior projeto de investimento atualmente em curso no município – ETAR de Valgode e Emissários – cuja reprogramação não ocorreu até ao final do ano. Todavia, não obstante a reduzida taxa de execução registada nos projetos de Saneamento, os valores pagos em 2017 a coberto destes programas aumentaram mais de 200% em relação ao ano transato.

Ainda no que se refere à execução financeira no âmbito da Valorização Territorial e Qualificação Urbana, deve destacar-se a execução do programa de Urbanização, que incluiu os recursos destinados à execução da primeira componente do projeto do Parque Urbano das Nogueiras, relativa à aquisição de terrenos, assim como, à finalização da 1ª fase do projeto de reabilitação da antiga Cadeia. Os projetos englobados neste programa municipal, que envolveram neste ano cerca de 478 mil euros, assumem especial relevância na estratégia municipal uma vez que resultam de uma aposta na criação de melhores infraestruturas na área mais urbana do concelho através da reabilitação de espaços e equipamentos disfuncionais ou com potencial desaproveitado até à data. Refira-se ainda que, devido à dimensão dos projetos referidos e à complexidade da aprovação dos instrumentos de planeamento que possibilitaram a obtenção de financiamento comunitário, principalmente no que se refere ao novo parque urbano, o início da execução destes projetos sofreu um desvio considerável relativamente às previsões iniciais, resultando daí uma taxa de execução na ordem dos 37%.

Ainda com referência ao mesmo objetivo, o programa de Ambiente, Espaços Verdes e Jardins envolveu montantes superiores a 400 mil euros, resultantes da execução do projeto da Ciclovia, já iniciada em 2016, assim como, de um projeto de conceção de ilhas ecológicas na área dos resíduos urbanos. Apesar de estarem previstos vários projetos nesta área, não foi possível iniciarem-se outros projetos, para além dos referidos, no ano de 2017, tendo sido revistas as respetivas previsões financeiras em benefício da taxa de execução destas componentes de investimento.

Para os restantes objetivos definidos, os montantes investidos foram significativamente inferiores aos mencionados anteriormente, podendo, todavia, destacar-se, no âmbito do Desenvolvimento Cultural e Desportivo, os programas relativos ao Desporto e Tempos Livres, cujos projetos contêm

habitualmente uma componente corrente de grande relevo, e para os quais foram realizados investimentos de cerca de 273 mil euros neste ano. Este nível de execução financeira resulta, na sua quase totalidade, da conclusão do projeto do Pavilhão Multiusos de Santa Cruz das Trapa, entre outros investimento menores, registando-se por este motivo um acréscimo, em relação aos valores executados no ano anterior, superior a 500%.

O objetivo de Promoção da Educação não tem justificado investimentos de montantes equivalentes aos restantes objetivos, devido, quer aos investimentos avultados efetuados em anos anteriores em infraestruturas do ensino básico, quer à incidência das intervenções recentes em remodelações e adaptações de menor dimensão das infraestruturas já existentes, quer ainda devido às limitações das atribuições e competências atribuídas às autarquias nesta matéria. Por estes motivos, os valores executados em 2017 assumiram um peso pouco relevante na estrutura de investimentos municipais, em linha com o que se verificou em 2016.

Por último, no âmbito dos projetos associados à Organização e Modernização Administrativa, de cariz mais genérico, foram realizados vários investimentos decorrentes das atividades de Administração Geral do município, associados ao funcionamento dos serviços de cariz instrumental ou relativos à aquisição de diversos materiais e equipamentos para áreas não identificadas com outros objetivos e programas. Para estes projetos foram executados pagamentos de aproximadamente 140 mil euros, apesar da despesa realizada ser significativamente superior, na ordem dos 254 mil euros.

Importa, ainda, salientar que não se registou qualquer execução financeira no âmbito do objetivo de Dinamização da Economia Local e do Investimento, uma vez que o ano de 2017 se caracterizou, nesta área, pela preparação de novos e relevantes investimentos ainda não iniciados, que exigirão nos próximos exercícios avultados recursos financeiros, dos quais se pode destacar o novo parque empresarial.

Q15. EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR OBJETIVOS E PROGRAMAS

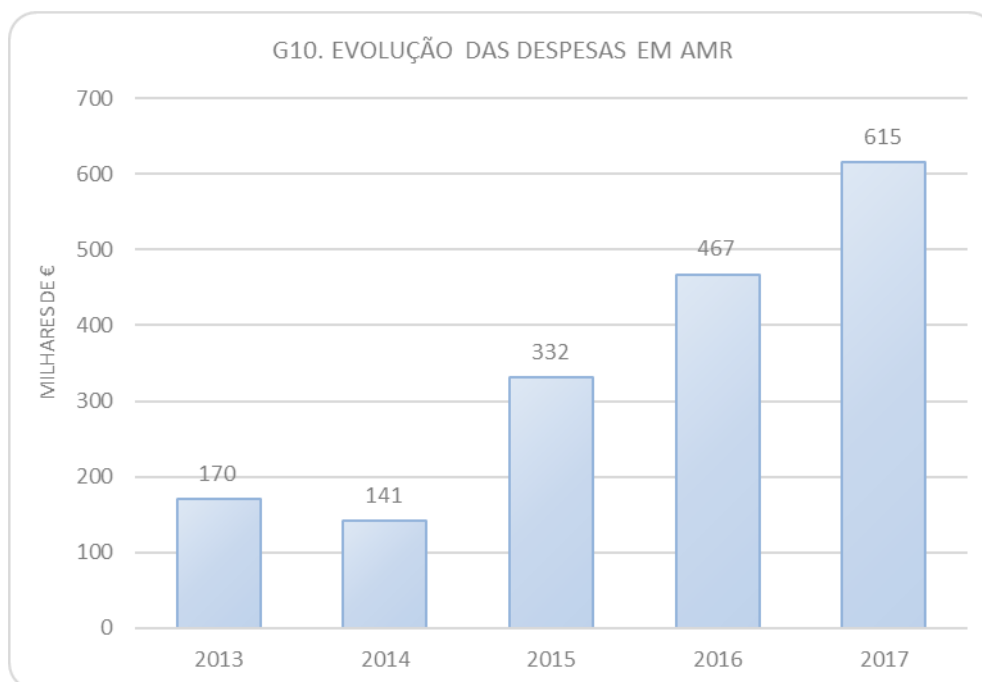
Designação	Fin. Definido	Realizado	Pago	Tx. Exec.	Var.16/17
Promoção da Educação	86 995 €	77 511 €	67 396 €	77%	25%
Ensino Pré-Escolar	2 360 €	0 €	0 €	0%	-100%
Ensino Básico	84 635 €	77 511 €	67 396 €	80%	26%
Desenv. Cultural e Desportivo	493 334 €	303 883 €	272 882 €	55%	591%
Cultura	0 €	0 €	0 €	0%	-100%
Desportos e Tempos Livres	493 334 €	303 883 €	272 882 €	55%	594%
Valorização Ter. e Qualif. Urbana	6 013 336 €	3 489 214 €	2 674 522 €	44%	116%
Urbanização	1 290 178 €	567 074 €	478 290 €	37%	790%
Saneamento	2 509 316 €	858 101 €	731 555 €	29%	281%
Abastecimento de Água	84 031 €	84 031 €	84 031 €	100%	16%
Rede Viária e Sinalização	1 681 828 €	1 572 256 €	972 895 €	58%	8%
Ambiente, Esp. Verdes e Jardins	447 984 €	407 752 €	407 752 €	91%	1718%
Dinamiz. da Ec. Local e do Investim.	100 €	0 €	0 €	0%	0%
Turismo e Termalismo	100 €	0 €	0 €	0%	0%
Organização e Modern. Administ.	367 114 €	254 098 €	139 644 €	38%	-60%
Administração Geral	367 114 €	254 098 €	139 644 €	38%	-60%
Total	6 960 878 €	4 124 706 €	3 154 445 €	45%	47%

Atividades Mais Relevantes

O mapa das Atividades Mais Relevantes inclui todas as atividades que se consideram estratégicas para alcançar os objetivos da gestão municipal, mas que não assumem a tipologia de investimentos. Face à sua importância, integram as Grandes Opções do Plano e cumprem todos os requisitos de previsão e execução aplicados aos seus projetos, de acordo com a informação sistematizada que este mapa reúne, como acréscimo à informação resultante da mera análise orçamental. As atividades inscritas neste documento foram objeto de uma dotação de cerca de 720 mil euros, dos quais cerca de 661 mil euros foram realizados e cerca de 615 mil euros foram efetivamente pagos até ao final do exercício. Deste desempenho resultou uma taxa de realização de 92% e uma taxa de execução total de 85%, acima da média dos projetos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que as despesas integradas neste documento assumem normalmente a natureza corrente e estão associadas a medidas desenvolvidas pelos serviços municipais de menor complexidade e dimensão, sendo, em parte, menos dependentes de fatores externos, nomeadamente, ao nível do financiamento.

Não tendo uma estrutura e composição imperativa e previamente definida, este mapa pode apresentar variações significativas na sua execução financeira ao longo dos exercícios económicos. Todavia, pelos valores registados nos últimos exercícios confirma-se o crescimento dos recursos alocados às atividades mais relevantes desde 2014, com um aumento de 32% neste último exercício. Deve acrescentar-se que as variações registadas nos montantes decorrentes da execução financeira

podem estar relacionadas com alterações dos investimentos que estas atividades complementam ou com desvios em algumas medidas autónomas aqui incluídas.



A análise a este documento por objetivo tal como definido na estrutura das Grandes Opções do Plano, permite constatar que foi no Desenvolvimento Cultural e Desportivo que se concentraram as atividades que justificaram maiores recursos, já que as previsões (corrigidas) atingiram os 553 mil euros, tendo sido realizadas despesas superiores a 516 mil euros que originaram pagamentos na ordem dos 473 mil euros. Estes recursos foram distribuídos pelos programas de Cultura e de Desporto e Tempos Livres, para os quais foram canalizados 293 mil euros e 180 mil euros, respetivamente, destinados ao financiamento de diversas ações relativas ao fomento cultural e desportivo, ao apoio a instituições que desenvolvem atividades de interesse municipal nestas áreas, entre outras medidas de promoção cultural, desportiva e de lazer. Apesar da reduzida volatilidade dos agregados aqui registados, o montante pago em 2017 superou o valor registado em 2016, em cerca de 36%, refletindo a evidente aposta nas iniciativas aqui englobadas.

Dos restantes objetivos, podem ainda destacar-se as atividades associadas à Valorização Territorial e Qualificação Urbana, para as quais foram canalizados perto de 88 mil euros, aplicados nos programas de Saneamento e Urbanização, que englobam as aquisições de serviços relacionadas com os relevantes investimentos executados nestas áreas, designadamente, os projetos e consultorias contratadas no âmbito da ETAR Intermunicipal e da reabilitação da Termas Romanas. Por estes motivos, os montantes registados no exercício em análise, para o objetivo referido, cresceram cerca de 86% em relação ao ano transato, alcançando também uma taxa de execução bastante satisfatória, na ordem dos 85%.

No objetivo Coesão Social e Cidadania a execução orçamental manteve-se ao nível do ano transato, registando um peso menor do que o verificado nas áreas referidas anteriormente. Esta menor relevância em termos orçamentais resulta das características das medidas aqui desenvolvidas, cujas despesas integram, em parte significativa, as diferentes rubricas orçamentais correntes sem especificação neste mapa, face à dificuldade de tratamento especificado. Contudo, para estas atividades, incluídas nos programas de Ação Social, foram canalizados recursos financeiros na ordem dos 46 mil euros, destinados a iniciativas e medidas de apoio escolar, de fomento da natalidade, de ocupação da população sénior e de natureza habitacional.

No âmbito da Dinamização da Economia Local e do Investimento foram incluídos também alguns projetos complementares a investimentos realizados ou a realizar na área da Indústria, designadamente, associados ao novo parque empresarial, assim como, algumas iniciativas de promoção do Turismo e Termalismo, reunindo montantes relativamente mais reduzidos.

Q16. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES POR OBJETIVOS E PROGRAMAS					
Designação	Financ. Definido	Realizado	Pago	Tx. Execução	Var. 16/17
Desenv. Cultural e Desportivo	553 246 €	516 765 €	472 937 €	85%	36%
Cultura	358 177 €	322 721 €	292 762 €	82%	83%
Desportos e Tempos Livres	195 069 €	194 044 €	180 175 €	92%	-4%
Coesão Social e Cidadania	49 060 €	45 666 €	45 625 €	93%	-7%
Apoio Social à Habitação	1 694 €	0 €	0 €	0%	-100%
Ação Social Escolar	13 834 €	13 834 €	13 792 €	100%	85%
Inicitaivas Sociais Diversas	33 533 €	31 833 €	31 833 €	95%	-16%
Valorização Ter. e Qualif. Urbana	94 280 €	87 939 €	87 939 €	93%	86%
Urbanização	4 336 €	3 469 €	3 469 €	80%	ind.
Saneamento	89 944 €	84 470 €	84 470 €	94%	79%
Dinam. Econ. Local e Investimento	23 674 €	10 879 €	8 607 €	36%	-63%
Turismo e Termalismo	12 560 €	7 958 €	5 685 €	45%	-64%
Agricultura e Indústria	11 115 €	2 921 €	2 921 €	26%	-62%
Total	720 260 €	661 249 €	615 107 €	85%	32%

2.5. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Em complemento à análise efetuada neste capítulo, apresenta-se, em seguida, um conjunto de indicadores de natureza orçamental que permite avaliar o comportamento de algumas grandezas da execução orçamental municipal e efetuar uma comparação com exercícios anteriores.

Q17. EVOLUÇÃO DOS RÁCIOS ORÇAMENTAIS						
Designação	Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Grau de Cobertura Global das Despesas	Receita total / Despesa total	101%	100%	101%	101%	100%
Grau de Cobertura Global das Despesas sem Recurso ao Crédito	(Receita total - Passivos financeiros) / Despesa total	81%	96%	96%	96%	97%
Peso dos Impostos nas Receitas	Impostos directos e indirectos / Receita total	10%	12%	13%	13%	14%
Peso dos Empréstimos nas Receitas	Passivos financeiros / Receita total	20%	4%	4%	4%	3%
Peso do Encargos de Longo Prazo nas Despesas	Serviço da Dívida LP / Despesa total	8%	8%	8%	6%	4%
Peso do Investimento nas Despesas	Investimento / Despesa total	25%	22%	14%	12%	20%
Grau de Cobertura de Bens de Capital pelas Tranf. Capital	Transf. Capital / Aquisições de bens de capital	71%	70%	44%	46%	73%

Pela análise dos resultados apresentados, pode concluir-se o seguinte:

- O montante das receitas totais, incluindo o saldo da gerência anterior, foi equivalente ao das despesas totais, evidenciando um equilíbrio entre os recursos obtidos e os pagamentos efetuados, não sendo apurado, por este motivo, um saldo orçamental da gerência com valores significativos;
- O grau de cobertura das despesas pelas receitas sem recurso ao crédito melhorou ligeiramente em relação ao exercício anterior, mantendo-se a muito reduzida dependência da estrutura orçamental relativamente aos financiamentos bancários;
- O peso dos impostos directos e indirectos na receita total municipal aumentou, em resultado da variação positiva deste tipo de receita, apesar de manter um peso relativamente reduzido na estrutura orçamental total;
- Conforme já referido e pelos mesmos motivos, o peso dos passivos financeiros nas receitas foi reduzido, no exercício em análise, em resultado da redução do valor do financiamento de curto prazo contratado e do aumento do valor global das receitas do exercício;
- Devido à conclusão dos planos de amortização de vários empréstimos, o peso dos encargos da dívida de longo prazo na estrutura da despesa foi menor do que no ano transato, registando uma importância muito reduzida nos valores totais da despesa do exercício;
- Conforme já se referiu na análise anterior, as despesas de investimento registaram uma recuperação no exercício de 2017, passando a representar cerca de 20% do conjunto das despesas municipais;

- Apesar do montante dos investimentos ter aumentado, o grau de cobertura destes pelas transferências de capital também melhorou consideravelmente, evidenciando a aposta em projetos com financiamento de entidades terceiras assegurado.

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise económica e financeira incide sobre as principais demonstrações financeiras do município, no sentido de se alcançarem conclusões sobre o impacto da gestão municipal na sua situação no final do exercício, quer através da origem dos resultados obtidos, quer através das variações do seu património, enquadradas na natureza da entidade, tendo presente que a gestão autárquica deve privilegiar o aumento da eficiência na disponibilização de bens e serviços públicos, interpretando os resultados financeiros como forma de aumentar o património e os meios disponíveis para a prossecução da sua missão.

A análise às principais demonstrações financeiras é ainda complementada com a apresentação de indicadores de natureza patrimonial que permitem a comparação entre o desempenho dos últimos exercícios, assim como, uma referência à evolução da dívida, à sua situação perante os limites de endividamento e aos custos incorridos por função municipal.

3.1. ANÁLISE DO BALANÇO

O Balanço do município a 31/12/2017 totaliza 52,883 milhões de euros, valor este muito próximo do verificado em 2016, registando-se um aumento ligeiramente superior a 1% como resultado de variações, algumas significativas, nas componentes do Ativo, Passivo e Fundos Próprios.

Analisando as rubricas que compõem o Ativo (líquido) pode confirmar-se que o Imobilizado mantém um elevado peso no seu valor, na ordem dos 89%, apesar de ter diminuído em relação ao ano transato. Nestas contas englobam-se todos os bens do município, detidos ou geridos com carácter de continuidade, com exceção dos que se destinam à venda ou a incorporação na produção de outros bens. O valor do Imobilizado registou uma ligeira redução face aos montantes de 2016, sendo importante referir que o município efetuou, com referência ao final de 2017, uma regularização de saldos estáveis das contas de imobilizações em curso (bens de domínio público e imobilizações corpóreas), através da qual transferiu um conjunto de saldos na ordem dos 1,468 milhões de euros para a conta de Património, na sequência de uma análise interna efetuada aos movimentos anteriores a 2008. Este movimento influenciou significativamente os valores obtidos nas contas de Imobilizado, uma vez que, caso não tivesse sido efetuado, estas apresentariam uma variação positiva.

Com maior destaque no Imobilizado surgem as contas de Bens de Domínio Público, onde estão registados e valorizados todos os bens públicos sobre os quais esta autarquia detém direitos, nomeadamente, de gestão. Estas contas totalizaram 25,564 milhões de euros relativos, essencialmente, a outras construções e infraestruturas, verificando-se uma variação negativa de

aproximadamente 6% em relação aos valores do ano anterior, pelos motivos já referidos relacionados com a regularização de saldos estáveis, que nestas contas contribuiu para uma redução de cerca de 1,321 milhões de euros. Apesar deste efeito, estas contas representam cerca de 48% do total do Ativo e 54% do total do Imobilizado, atendendo a que envolvem valores bastante avultados.

As Imobilizações Corpóreas, que integram os bens de carácter permanente que a autarquia utiliza na sua atividade operacional, apresentaram um crescimento dos seus saldos próximo de 7%, registando um montante total líquido de 17,765 milhões de euros no final do exercício. Atendendo a que estas contas foram pouco influenciadas pela regularização de saldos estáveis mencionada, o aumento verificado deve-se ao significativo volume de investimentos em execução cuja influencia se prolongará pelos próximos exercícios. Face à função das suas contas, esta rubrica apresenta habitualmente um peso muito significativo no Balanço, e concentra, em 2017, cerca de 38% do valor do Imobilizado e 34% do valor total do Ativo líquido.

As rubricas associadas a Investimentos Financeiros, que registam as aplicações financeiras realizadas pelo município, apresentaram o valor total líquido de 3,806 milhões de euros. A redução pouco significativa verificada em relação ao ano anterior, inferior a 1%, resulta de ajustamentos das provisões efetuados para refletir perdas nas participações de capital decorrentes dos resultados das entidades societárias em que o município participa. No global, estas contas representam cerca de 7% do Ativo e perto de 8% do total do Imobilizado. Refira-se ainda que, como vem sendo habitual, as rubricas de Imobilizações Incorpóreas não apresentam qualquer valor.

O Circulante, que engloba as classes de Disponibilidades, Terceiros e Existências, registou um aumento significativo em 2017 face aos valores do ano anterior, na ordem dos 22%. Estas classes em conjunto totalizaram 3,291 milhões de euros, mantendo, apesar do crescimento, um peso relativamente reduzido na estrutura do Ativo, na ordem dos 6%. Para esta variação foi determinante o aumento substancial das contas de Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, que cresceram 26% em relação a 2016, totalizando já 2,634 milhões de euros. Esta variação expressiva ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento dos montantes de outros devedores, influenciados pelos valores relativos à Termalistur, EM, SA.

As restantes contas apresentaram saldos igualmente superiores aos registados em 2016, apesar de, em termos absolutos, não assumirem uma relevância equivalente às das dívidas de terceiros. As Existências foram valorizadas em cerca de 162 mil euros, evidenciando um acréscimo de 2% no valor dos inventários, decorrente da gestão dos armazéns municipais. Os valores das contas de Depósitos em Inst. Financeiras e Caixa aumentaram também, na ordem dos 7%, somando, no final do ano, 494 mil euros.

As contas de Acréscimos e Diferimentos, ainda do lado do Ativo, registaram uma variação bastante expressiva, tendo aumentado cerca de 28% em relação aos valores do ano transato. No final de 2017, estas contas somavam 2,456 milhões de euros, montante bastante relevante proveniente,

essencialmente, do registo de *acréscimos de proveitos*, cujo valor foi influenciado pela especialização dos montantes referentes à participação do município no IRS, que ocorreu pela primeira vez neste exercício já que anteriormente este valor não sofria este tratamento, assim como, pelo crescimento dos proveitos a receber da área dos serviços urbanos (água, saneamento e resíduos). As contas de *custos diferidos*, onde se incluem os custos suportados e a reconhecer em anos seguintes, registaram valores menos expressivos e uma variação negativa relativamente a 2016.

O Passivo atingiu o valor de 20,343 milhões de euros no final do ano em análise, registando um acréscimo de cerca de 10% em relação ao valor de 2016, na sequência da variação significativa dos saldos de algumas contas relevantes. Destas contas destacam-se, com uma contribuição significativa para o aumento dos valores, as rubricas que integram as Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, cujo valor final, de cerca de 4,244 milhões de euros, sofreu um aumento na ordem dos 34%, como consequência, conforme já referido, do aumento dos saldos das contas de *fornecedores*, principalmente, de *fornecedores de imobilizado*. Também os saldos das contas de *Estado e outros entes públicos*, *administração autárquica* e *outros credores* registaram, no final de 2017, valores superiores aos do ano anterior, ainda que com menor expressão.

Em sentido oposto, as contas de Dívidas a Terceiros de Médio/Longo prazos, registaram uma diminuição importante, quer no que diz respeito às *dívidas a instituições de crédito*, devido ao cumprimento dos planos de amortização, quer no que se refere a *dívidas a fornecedores e outros credores* diferidas para exercícios seguintes. No final de 2017, estas contas registaram um montante de 2,514 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 27% em relação aos saldos do ano transato.

Ainda do lado do Passivo, deve realçar-se a variação das contas de Provisões para Riscos e Encargos cujo valor aumentou para cerca de 620 mil euros, devido ao aumento dos riscos associados a responsabilidades que o município poderá vir a assumir no âmbito dos processos judiciais em curso. No ano em análise, foi determinante para esta variação, o registo de provisões relativas aos processos de contencioso na área do IVA, cuja probabilidade de desfecho desfavorável aumentou, assim como, de outros processos de matérias relevantes que se encontravam, no final do ano, em situação quase concluída, com responsabilidades, no todo ou em parte, a recair sobre o município.

As contas de Acréscimos e Diferimentos também contribuíram para o aumento do Passivo, totalizando 12,965 milhões de euros, isto é, mais 11% do que os valores obtidos em 2016. Estas contas apresentam sempre valores bastante expressivos, principalmente associados a *proveitos diferidos*, onde são registadas as receitas já recebidas cujos proveitos devem ser reconhecidos em anos posteriores, e que, neste ano, registaram um aumento significativo. Também as contas de *acréscimos de custos* contribuíram para o aumento referido, já que a custos a reconhecer neste ano relativos a pagamentos que vão ocorrer em períodos seguintes aumentaram perto de 30%, influenciados também pelo reconhecimento da transferência a efetuar para a Termalístur, EM, SA para equilíbrio dos resultados desta empresa.

As contas respeitantes a Fundos Próprios evidenciaram uma diminuição de perto de 4%, totalizando 32,540 milhões de euros. Para esta variação foi determinante o registo associado à regularização de saldos estáveis de imobilizações em curso, já referido anteriormente, que implicou um débito nas contas de Património de 1,468 milhões de euros. No mesmo sentido, mas com variações menos relevantes, refira-se que a conta de Resultados Transitados também contribuiu para a redução dos Fundos Próprios devido à incorporação de resultados anteriores e ao registo de diversas regularizações, enquanto que as contas de Reservas se mantiveram estáveis em relação aos valores de 2016. O Resultado Líquido do Exercício melhorou em relação ao valor obtido em 2016, mantendo-se, porém, negativo em cerca de 99 mil euros.

Q18. BALANÇO RESUMIDO			
Designação	2017	2016	Var. 16/17
ATIVO LÍQUIDO			
Imobilizado líquido	47 135 604 €	47 704 796 €	-1%
Bens de domínio público	25 564 093 €	27 222 938 €	-6%
Imobilizações incorpóreas	0 €	0 €	0%
Imobilizações corpóreas	17 765 296 €	16 656 767 €	7%
Investimentos financeiros	3 806 216 €	3 825 091 €	0%
Circulante	3 290 966 €	2 702 009 €	22%
Existências	162 318 €	158 616 €	2%
Dívidas de terceiros -c. prazo	2 634 450 €	2 083 310 €	26%
Títulos negociáveis	0 €	0 €	0%
Depósitos em inst. financ. e caixa	494 198 €	460 083 €	7%
Acréscimos e diferimentos	2 456 148 €	1 916 713 €	28%
TOTAL DO ATIVO	52 882 718 €	52 323 518 €	1%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos próprios	32 540 205 €	33 768 844 €	-4%
Património	34 850 177 €	36 251 184 €	-4%
Reservas	895 424 €	895 424 €	0%
Resultados transitados	-3 106 417 €	-3 096 323 €	0%
Resultado líquido do exercício	-98 978 €	-281 442 €	-65%
Passivo	20 342 513 €	18 554 675 €	10%
Provisões para riscos e encargos	620 339 €	287 525 €	116%
Dívidas a terceiros -m/longo prazo	2 513 600 €	3 453 560 €	-27%
Dívidas a terceiros -c. prazo	4 243 666 €	3 155 737 €	34%
Acréscimos e diferimentos	12 964 907 €	11 657 853 €	11%
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	52 882 718 €	52 323 518 €	1%

3.2. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Na Demonstração de Resultados do município reportada ao final do exercício, verifica-se que os Custos e Perdas atingiram o montante de 15,558 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 4% em relação aos valores de 2016. Nos Proveitos e Ganhos, o montante total atingiu os 15,459 milhões de euros, representando também um aumento em relação ao ano transato, na ordem dos 5%. As variações das contas de Custos e de Proveitos permitiram uma melhoria dos resultados do exercício, mantendo-se, porém, em valores ainda negativos.

Para melhor se compreender estas variações, importa analisar as contas que fazem parte de cada natureza. Do lado dos Custos e Perdas, as contas de Custos e Perdas Operacionais, que correspondem às rubricas de maior importância e com maiores movimentos, atingiram os 14,920 milhões de euros, tendo aumentado em relação ao exercício anterior, cerca de 4%. Destas, merecem destaque as contas de *Custos com Pessoal*, que registaram, como vem sendo habitual devido à estrutura municipal, o maior valor absoluto, atingindo os 6,403 milhões de euros, valor que representa um aumento em relação a 2016, de cerca de 3%. Esta variação, que em termos absolutos, representa cerca de 185 mil euros, resulta, conforme já referido na análise orçamental, do acréscimo das remunerações do pessoal motivado pela reversão completa das reduções remuneratórias impostas nos anos anteriores, que induziu ao aumento em semelhante proporção dos encargos sociais. Este valor assume, como já se sublinhou, uma importância muito relevante para a estrutura de resultados, já que representa cerca de 43% dos Custos e Perdas Operacionais e 41% do total dos Custos e Perdas.

As contas de *Fornecimentos e Serviços Externos* assumem-se também como uma parte significativa da estrutura de custos, já que integram todos os custos intermédios e de funcionamento corrente dos serviços, assim como, diversos custos complementares aos investimentos municipais, assumindo, por este motivo, uma importância acrescida. Em 2017, estas contas totalizaram 3,299 milhões de euros, evidenciando uma redução de cerca de 4% em relação aos valores de 2016, devido à redução de custos em diversos consumos intermédios, quer relativamente a fornecimento de bens quer na contratação de serviços. Nesta conta têm-se registado, ao longo dos exercícios, variações significativas e irregulares motivadas pela variação de consumos ou de preços em alguns serviços relevantes e que envolvem elevados montantes, nomeadamente, a eletricidade, os transportes, os serviços urbanos, entre outros. Apesar da preocupação na redução deste tipo de custos, os encargos aqui associados continuam com um peso significativo nas estruturas de Custos representando 22% dos Custos e Perdas Operacionais e 21% dos Custos totais.

As contas relativas a *Amortizações do Exercício* apresentaram, tal como nos anos anteriores, saldos bastante relevantes no total de Custos e Perdas, registando uma ligeira variação em relação a 2016. O valor global dos saldos destas contas manteve-se em 3,207 milhões de euros, relativos à depreciação dos bens do ativo imobilizado, que se mantiveram em linha com os valores registados

nos últimos anos. Face aos montantes envolvidos, estas contas mantêm um peso importante no total dos Custos e Perdas, representando neste exercício cerca de 21% do total de Custos.

Com saldos bastante inferiores aos das contas referidas anteriormente, as restantes contas de Custos e Perdas Operacionais registaram algumas variações em relação aos montantes do ano anterior. Destas, destacaram-se as rubricas de *Transferências e Subsídios Correntes Concedidos*, que atingiram cerca de 1,412 milhões de euros e registaram um crescimento na ordem dos 26%. Esta variação decorreu do aumento das transferências concedidas para várias entidades da administração local e do sector não lucrativo, com especial relevância para as transferências destinadas à empresa local Termalistur para os efeitos já referidos relacionados com o equilíbrio dos seus resultados. No mesmo sentido, mas com variações de menor relevo, as contas associadas a *Provisões do Exercício e Outros Custos e Perdas Operacionais* também registaram valorizações em relação a 2016, na ordem dos 39% e 164% respetivamente. As contas de *Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas* apresentaram saldos semelhantes aos verificados em anos anteriores, registando uma redução de pouco mais de 4%

Os Custos e Perdas Financeiras atingiram um total de 89 mil euros, evidenciando um decréscimo considerável (em termos relativos) em relação aos valores registados em 2016, em consequência da diminuição da generalidade juros suportados, assim como, de outros custos financeiros, designadamente, serviços financeiros e comissões bancárias. As contas de Custos e Perdas Extraordinárias registaram, por seu lado, um crescimento na ordem dos 35% em relação aos valores do ano transato, somando agora cerca de 550 mil euros. Este aumento resulta de variações nas suas várias subcontas, destacando-se as correções efetuadas no âmbito dos processos de regularização de IVA.

O desempenho já referido das contas de Proveitos e Ganhos resulta, principalmente, do comportamento dos Proveitos e Ganhos Operacionais, que têm um peso bastante superior aos dos restantes proveitos no total, somando 14,204 milhões de euros, ou seja, mais 3% do que no ano transato. Das contas englobadas nos Proveitos e Ganhos Operacionais, destacam-se, como habitual, as *Transferências e Subsídios Obtidos*, que englobam as receitas provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, a participação no IRS e o Fundo Social Municipal, com origem no Orçamento do Estado, entre outras transferências obtidas de entidades terceiras. Em 2017, atingiram o montante de 8,580 milhões de euros, tendo aumentado relativamente a 2016, perto de 4%, em resultado do acréscimo dos fundos provenientes do Orçamento de Estado, assim como, das transferências provenientes de outras entidades para financiamento de projetos específicos. Deve referir-se, ainda, que estas contas têm um peso determinante nas estruturas de Proveitos e Ganhos, já que representam 60% do total de Proveitos e Ganhos Operacionais e cerca de 56% do total de Proveitos.

As restantes contas de Proveitos e Ganhos Operacionais registaram valores bastante inferiores, mas com variações positivas em relação a 2016. Destas, deve destacar-se o valor obtido em *Impostos e Taxas*, na ordem dos 2,301 milhões de euros, que aumentaram pouco mais de 2% em relação ao ano

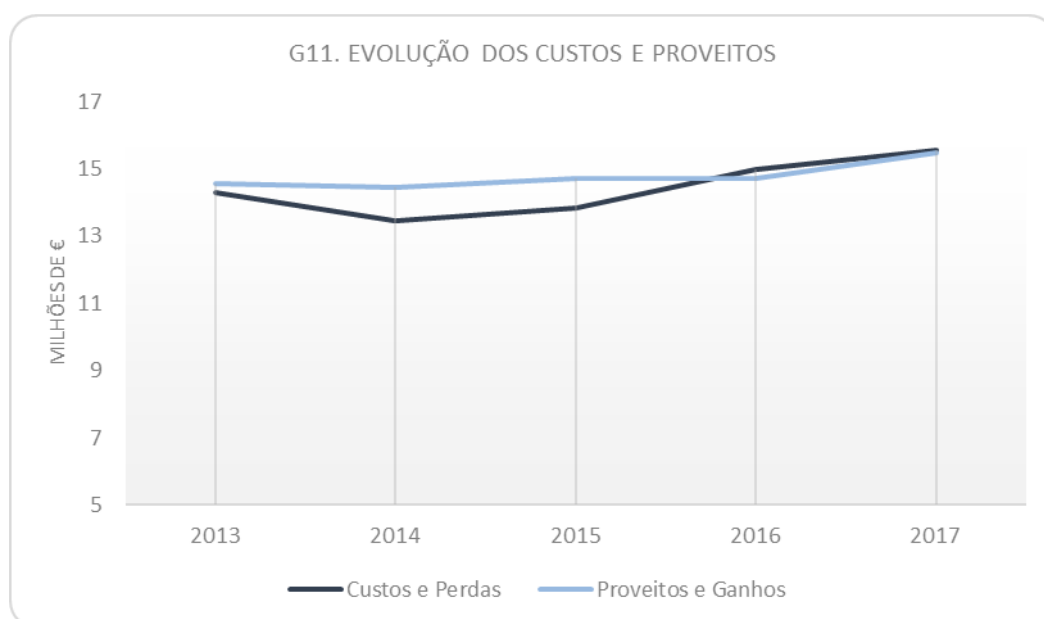
anterior, em resultado de um aumento de alguns impostos municipais, com destaque para o IMI e Derrama. Em linha com o comportamento dos *Impostos e Taxas*, as contas de *Vendas e Prestações de Serviços* têm também demonstrado uma evolução com tendência de crescimento, beneficiando da otimização dos processos de liquidação e cobrança de diversas taxas e preços, nomeadamente, do sistema de abastecimento de água, entre outros. Neste ano registaram um aumento de cerca de 2%, totalizando cerca de 1,176 milhões de euros. Por último, as contas de *Outros Proveitos e Ganhos Operacionais*, que englobam um conjunto de proveitos associados a rendas de concessão e de exploração, totalizaram 2,147 milhões de euros, em linha com o montante registado no ano anterior.

Tal como se verificou no ano transato, os Proveitos e Ganhos Financeiros apresentaram valores muito reduzidos, atendendo a que congregam contas associadas a ganhos financeiros pouco relevantes, designadamente, juros de depósitos e rendimentos das participações de capital. No ano em análise registaram um crescimento relacionado com a participação nos resultados do FAM. Os Proveitos e Ganhos Extraordinários verificaram também um aumento em relação ao ano anterior na ordem dos 29%, somando 1,254 milhões de euros, devido a variações em diversos ganhos obtidos e correções efetuadas, destacando-se o valor de IVA reembolsado.

Tendo presente que a análise financeira na ótica de resultados não assume, nas entidades públicas, uma importância equivalente à do setor empresarial, atendendo às atribuições e competências destas entidades e aos critérios que estão na base do financiamento da sua atividade, deve referir-se que, no ano de 2017, se verificou uma melhoria do Resultado Líquido do Exercício, mantendo, contudo, um valor negativo na ordem dos 99 mil euros. Esta variação resulta do comportamento positivo das contas que relevam para os Resultados Extraordinários, assim como, de uma melhoria dos Resultados Financeiros, já que os Resultados Operacionais se agravaram face ao verificado em 2016.

Q19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RESUMIDA			
Designação	2017	2016	Var. 16/17
CUSTOS E PERDAS			
Custos e perdas operacionais	14 918 802 €	14 403 387 €	4%
CMVMC	106 394 €	110 981 €	-4%
Fornecimentos e serviços externos	3 299 283 €	3 440 650 €	-4%
Custos com pessoal	6 402 678 €	6 217 874 €	3%
Transferências e subs. conced.	1 412 047 €	1 116 693 €	26%
Amortizações do exercício	3 207 474 €	3 206 335 €	0%
Provisões do exercício	368 384 €	264 435 €	39%
Outros custos e perdas operacionais	122 542 €	46 420 €	164%
Custos e perdas financeiras	89 406 €	182 450 €	-51%
Custos e perdas extraordinárias	550 053 €	406 328 €	35%
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS	15 558 262 €	14 992 165 €	4%
PROVEITOS E GANHOS			
Proveitos e ganhos operacionais	14 203 852 €	13 736 334 €	3%
Vendas e prestações de serviços	1 175 607 €	1 149 060 €	2%
Impostos e taxas	2 300 533 €	2 249 568 €	2%
Transferências e subsídios obtidos	8 580 077 €	8 271 121 €	4%
Outros proveitos e ganhos oper.	2 147 635 €	2 066 585 €	4%
Proveitos e ganhos financeiros	1 466 €	864 €	70%
Proveitos e ganhos extraordinários	1 253 966 €	973 526 €	29%
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS	15 459 284 €	14 710 723 €	5%
RESULTADOS			
Resultados Operacionais	-714 950 €	-667 053 €	7%
Resultados Financeiros	-87 941 €	-181 587 €	-52%
Resultados Correntes	-802 891 €	-848 640 €	-5%
Resultado Líquido do Exercício	-98 978 €	-281 442 €	-65%

Efetuando, por último, uma breve análise ao comportamento dos custos e dos proveitos ao longo dos últimos 5 exercícios, pode verificar-se, conforme gráfico abaixo, que os custos são superiores aos proveitos desde o ano de 2016, em que se registou uma inversão do sentido do resultado líquido dos anos anteriores. Fica também evidente, pela aproximação das linhas representativas, que no exercício de 2017 se registaram melhorias significativas neste valor.



3.3. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Com o objetivo de complementar a análise efetuada anteriormente e pretendendo comparar o impacto da atividade municipal na situação financeira e patrimonial da entidade, à semelhança do que foi feito na análise orçamental, torna-se indispensável a utilização de indicadores de cariz económico-financeiro que possibilitem, pela adaptação à gestão pública, um diagnóstico sintético e evolutivo da situação económica desta autarquia.

Q20. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS						
Designação	Rácio	2013	2014	2015	2016	2017
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	128%	150%	173%	182%	160%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Total	56%	60%	63%	65%	62%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	30%	31%	50%	86%	78%
Grau de Dependência do Médio/Longo Prazo	Dívida M/L Prazo / Ativo Total	9%	8%	7%	7%	5%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	23%	18%	14%	13%	13%

Dos resultados obtidos nos indicadores pode concluir-se que:

- A solvabilidade do município diminuiu em relação ao ano anterior, continuando, porém, em valores bastante satisfatórios, o que significa que esta entidade mantém total capacidade para, com o seu património, satisfazer os compromissos assumidos, reduzindo a dependência de terceiros.
- A autonomia financeira também diminuiu em relação ao ano transato, em resultado da redução verificada nos fundos próprios, mantendo, contudo, um grau de cobertura da atividade pelos seus capitais em níveis próximos dos de 2016;
- A liquidez geral foi reduzida como consequência de um aumento das dívidas de curto prazo superior ao aumento das contas que integram o circulante, revelando uma deterioração da capacidade do município para fazer face ao seu passivo exigível a curto prazo, através do recurso aos seus ativos mais líquidos;
- O grau de dependência do médio/longo prazo diminuiu, confirmando a tendência de redução do recurso a financiamentos para manter ou melhorar os seus meios e o nível dos seus investimentos;
- O nível de endividamento manteve-se semelhante ao verificado no ano anterior, confirmando o que se refere ao longo do presente documento, uma vez que as dívidas a terceiros têm um peso significativamente menor no total dos fundos próprios e passivo do que o verificado em períodos passados.

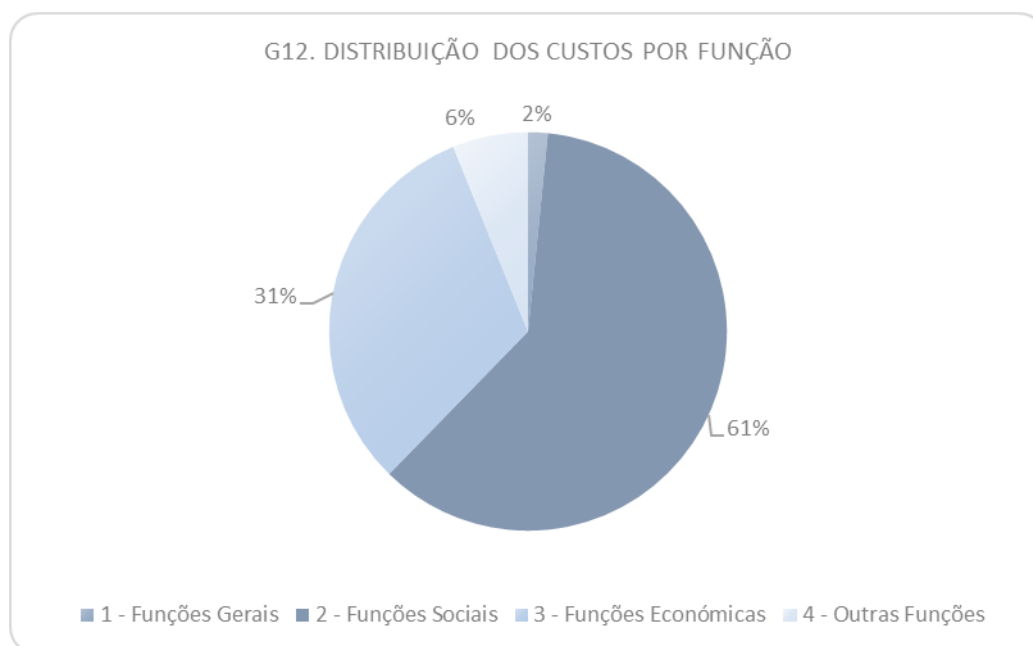
3.4. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÃO

Com entrada em vigor do POCAL, o regime contabilístico das autarquias passou a incluir um sistema de contabilidade de custos com o objetivo de apurar os custos por funções e os custos subjacentes à fixação de taxas e tarifas, conforme previsto no seu ponto 2.8.2.1. A importância da contabilidade de custos foi reforçada, quer pelo regime geral das taxas (aprovado pela Lei n.º 53-E/2009), quer pelo mais recente regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013), que vieram estabelecer que os diversos instrumentos de remuneração fixados pelas autarquias deveriam corresponder, pelo menos, aos custos diretos e indiretos suportados pela produção dos bens disponibilizados e pelos serviços prestados.

Porém, o sistema de contabilidade de custos entrou na gestão autárquica mais lentamente do que os sistemas orçamental e patrimonial, uma vez que engloba alguns conceitos complexos e privilegia a organização e partilha de informação nas organizações. Desde 2008, que o Município de S. Pedro do Sul criou um sistema de recolha de informação que permite o apuramento dos custos e proveitos, com base nas regras definidas, associados ao conjunto de bens e serviços que presta ou produz.

Com base neste sistema de contabilidade de custos, são periodicamente apurados os dados suficientes para elaboração dos documentos exigidos pelo POCAL, que constituem um instrumento privilegiado e cuja utilidade é indiscutível para a tomada de decisões no âmbito das políticas municipais. Para uma breve análise sobre o apuramento dos custos da atividade por funções, apresenta-se, a seguir, um quadro resumo com os valores totais finais apurados relativos ao exercício de 2017 e uma comparação com os valores do ano anterior:

Q21. CUSTOS POR FUNÇÃO						
Função	2017		2016		Var. 16/17	
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso
1 - Funções Gerais	249 774 €	1,6%	326 196 €	2,3%	-76 422 €	-0,70 p.p.
111 - Administração geral	130 378 €	0,8%	224 822 €	1,6%	-94 443 €	-0,75 p.p.
121 - Protecção civil e luta contra incêndios	119 395 €	0,8%	101 374 €	0,7%	18 021 €	0,05 p.p.
2 - Funções Sociais	9 474 451 €	60,7%	8 229 181 €	57,9%	1 245 270 €	2,77 p.p.
211 - Ensino não superior	728 385 €	4,7%	634 868 €	4,5%	93 517 €	0,20 p.p.
212 - Serviços auxiliares de ensino	1 417 816 €	9,1%	1 351 640 €	9,5%	66 176 €	-0,43 p.p.
221 - Serviços individuais de saúde	1 060 240 €	6,8%	640 644 €	4,5%	419 596 €	2,28 p.p.
231 - Segurança social	10 369 €	0,1%	9 935 €	0,1%	434 €	0,00 p.p.
232 - Acção social	389 239 €	2,5%	327 975 €	2,3%	61 264 €	0,18 p.p.
241 - Habitação	119 150 €	0,8%	89 917 €	0,6%	29 233 €	0,13 p.p.
242 - Ordenamento do território	605 347 €	3,9%	511 964 €	3,6%	93 383 €	0,27 p.p.
243 - Saneamento	567 396 €	3,6%	546 573 €	3,8%	20 823 €	-0,21 p.p.
244 - Abastecimento de água	969 751 €	6,2%	959 451 €	6,8%	10 300 €	-0,54 p.p.
245 - Resíduos sólidos	656 287 €	4,2%	619 835 €	4,4%	36 452 €	-0,16 p.p.
246 - Protecção do meio ambiente	719 944 €	4,6%	711 291 €	5,0%	8 652 €	-0,39 p.p.
251 - Cultura	870 874 €	5,6%	676 662 €	4,8%	194 212 €	0,82 p.p.
252 - Desporto, recreio e lazer	1 312 568 €	8,4%	1 105 253 €	7,8%	207 314 €	0,63 p.p.
253 - Outras actividades cívicas e religiosas	47 084 €	0,3%	43 173 €	0,3%	3 911 €	0,00 p.p.
3 - Funções Económicas	4 926 433 €	31,6%	4 741 328 €	33,4%	185 105 €	-1,81 p.p.
310 - Agricultura, pecuária, silvicultura, caça	246 036 €	1,6%	216 730 €	1,5%	29 306 €	0,05 p.p.
320 - Indústria e energia	890 889 €	5,7%	829 343 €	5,8%	61 546 €	-0,13 p.p.
331 - Transportes rodoviários	3 563 924 €	22,8%	3 496 671 €	24,6%	67 254 €	-1,78 p.p.
341 - Mercados e feiras	36 047 €	0,2%	28 570 €	0,2%	7 477 €	0,03 p.p.
342 - Turismo	189 536 €	1,2%	170 014 €	1,2%	19 522 €	0,02 p.p.
4 - Outras Funções	957 532 €	6,1%	908 261 €	6,4%	49 272 €	-0,26 p.p.
410 - Operações da dívida autárquica	95 976 €	0,6%	197 303 €	1,4%	-101 326 €	-0,77 p.p.
420 - Transferências entre administrações	99 764 €	0,6%	191 273 €	1,3%	-91 509 €	-0,71 p.p.
430 - Diversas não especificadas	761 792 €	4,9%	519 685 €	3,7%	242 107 €	1,22 p.p.
TOTAIS	15 608 189 €	100,0%	14 204 965 €	100,0%	1 403 224 €	0,00 p.p.



3.5. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

A descentralização administrativa e financeira da administração pública envolve, sempre que os mecanismos de controlo orçamental são reduzidos ou fracos, um risco de endividamento acrescido pelo facto das entidades mais próximas da base piramidal da organização se sentirem, por um lado, obrigadas a acorrer a um conjunto de obrigações de forma mais direta, e, por outro lado, maior conforto financeiro associado à garantia de apoio por parte dos organismos nacionais. Estes riscos de endividamento são tanto mais sérios quanto mais fraca for a disciplina financeira e orçamental, suportada num conjunto de normas rigorosas e num enquadramento legal completo e ajustado, podendo conduzir a problemas de estabilidade orçamental com implicações muito mais extensas do que a perceção das entidades descentralizadas pode indicar.

Durante muitos anos, a administração local, a coberto de uma disciplina jurídica desajustada, foi responsável por níveis de endividamento insustentáveis que, para além de tornarem as autarquias insolúveis do ponto de vista financeiro, dificultaram o cumprimento obrigações orçamentais a nível internacional, com implicações graves que os processos recentes não nos deixam esquecer. Porém, desde 2007, de forma inconstante, e com maior evidência desde 2011, principalmente depois de interiorizado o esforço a que o país estaria obrigado por ter chegado ao ponto de pedir o resgate financeiro, registou-se uma quebra acentuada da dívida, motivada pelo quadro legislativo mais completo e restritivo nesta matéria, designadamente, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e a Lei dos Compromissos, aprovado na sequência da intervenção externa.

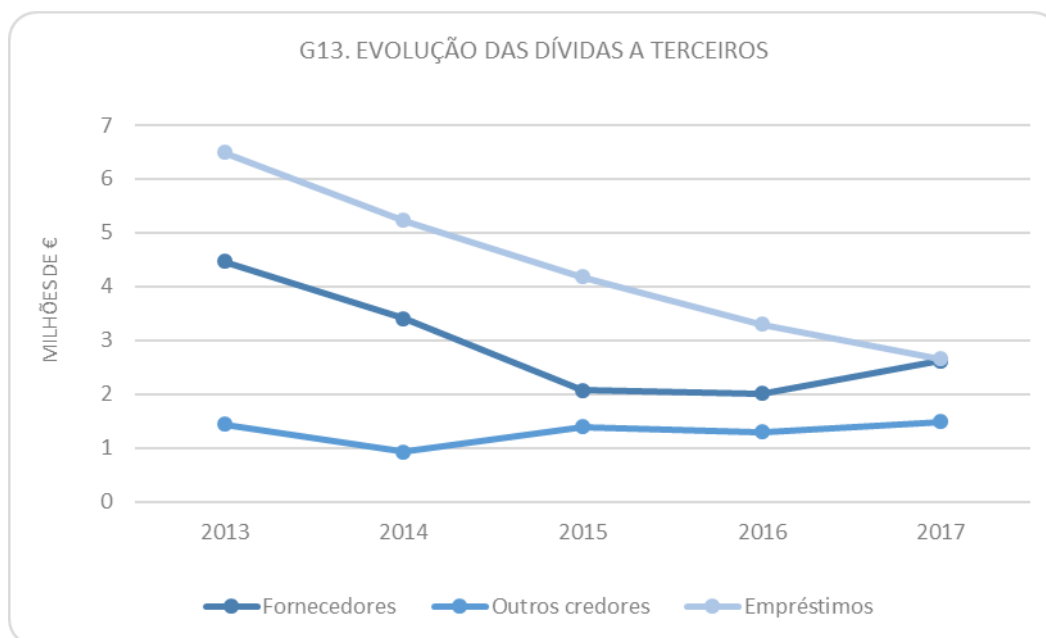
Isso mesmo é confirmado pela informação, relativa a 2016, constante no anuário financeiro dos municípios portugueses, ficando evidente a melhoria notável da situação financeira dos municípios nos últimos anos. Desde 2006, os compromissos assumidos pelos municípios por pagar baixaram mais de 50%, evidenciando, para além da diminuição das obrigações das entidades, um maior rigor no registo contabilístico dos contratos e de outros instrumentos que titulam dívidas. Para além de se inverter a tendência de “défice orçamental global”, o passivo exigível destas entidades atingiu os valores mais reduzidos dos últimos anos, assim como, os prazos médios de pagamentos a fornecedores, comprovando os resultados do enquadramento normativo, mas também do empenho das entidades para a resolução de um constrangimento.

No Município de S. Pedro do Sul a preocupação com o equilíbrio financeiro marcou a definição da política e dos objetivos dos últimos anos, tendo sido adotadas medidas para reduzir os níveis da dívida para montantes compatíveis com as exigências da gestão atual. Como resultado desse esforço, no final de 2017 a dívida municipal totalizava 6,757 milhões de euros, tendo registado um ligeiro aumento na ordem dos 2% em relação à situação verificada no final do exercício anterior, motivado por uma variação nas contas de fornecedores e outros credores, devido ao elevado valor dos investimentos em curso, que provocam alterações nos períodos que decorrem entre a realização das despesas e o recebimento dos respetivos financiamentos. Este montante distribuiu-se em 4,244 milhões de euros de dívidas de curto prazo e 2,514 milhões de euros de dívidas de médio e longo prazos correspondentes a dívidas a liquidar em prazos superiores a 1 ano, na sua quase totalidade, relativas a empréstimos bancários e à participação no FAM.

Q22. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS A TERCEIROS					
Designação	2013	2014	2015	2016	2017
Dívidas de curto prazo	7 271 431 €	5 375 068 €	3 920 001 €	3 155 737 €	4 243 666 €
Fornecedores	2 596 176 €	2 534 829 €	1 720 686 €	1 114 361 €	1 205 760 €
Fornecedores de imobilizado	1 869 104 €	868 950 €	344 435 €	543 479 €	1 361 655 €
Estado e outros entes públicos	71 097 €	62 090 €	59 646 €	58 771 €	149 033 €
Administração autárquica	76 547 €	61 136 €	5 500 €	0 €	63 100 €
Outros credores	1 284 434 €	799 147 €	811 147 €	794 279 €	964 423 €
Empréstimos CP	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
Empréstimos MLP - Valor exigível :	1 374 072 €	1 048 916 €	978 586 €	644 847 €	499 696 €
Dívidas de médio/longo prazo	5 122 013 €	4 182 696 €	3 714 663 €	3 453 560 €	2 513 600 €
Empréstimos	5 122 013 €	4 182 696 €	3 203 508 €	2 651 370 €	2 151 638 €
Fornecedores e outros credores	0 €	0 €	511 155 €	802 190 €	361 962 €
Total	12 393 443 €	9 557 765 €	7 634 664 €	6 609 297 €	6 757 267 €

Na análise da evolução por grupos de terceiros – fornecedores (que incluem fornecedores de imobilizado), empréstimos e outros credores (que incluem todas as entidades não classificadas como fornecedores ou credores de empréstimos) - conforme se apresenta no gráfico seguinte, pode confirmar-se que as dívidas de empréstimos têm mantido a uma trajetória de redução regular nos últimos anos, em resultado do cumprimento dos planos de amortização dos financiamentos,

enquanto que as dívidas a fornecedores e outros credores registaram, no ano em análise, uma inversão das reduções constantes verificadas em todos os anos analisados (excluindo o efeito da contribuição obrigatória do município para o FAM registado em 2015). Apesar do ligeiro aumento registado em 2017, é de salientar o ajustamento conseguido desde o exercício de 2013, que permitiu uma redução do valor da dívida na ordem dos 45% (49% de for excluída a dívida ao FAM).



3.6. SITUAÇÃO PERANTE OS LIMITES DA DÍVIDA TOTAL

A Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, introduziu, no seu art. 52.º, o conceito de dívida total, que inclui a dívida global de natureza orçamental de cada município, acrescida das dívidas da mesma natureza pertencentes a todas as entidades com as quais estes se relacionam de forma significativa. Neste sentido, as entidades relevantes para efeitos do limite da dívida total, conforme definido no art. 54.º do mencionado regime, incluem os serviços municipalizados, as entidades intermunicipais e associativas que o município integra, as empresas locais e participadas, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas, as cooperativas e fundações, e todas as restantes entidades sobre as quais os municípios exerçam alguma forma de controlo.

Neste contexto, importa descrever os conceitos subjacentes ao quadro legal referido, de modo a facilitar o enquadramento do município nas regras que lhes estão subjacentes. Assim, a Lei n.º 73/2013 estabelece, nos números 1 e 2 do artigo 52.º, o seguinte:

- A dívida total de operações orçamentais de cada município, incluindo a das entidades participadas (previstas no artigo 54.º), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- A dívida total de operações orçamentais engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Está ainda definido no n.º 4 do mesmo artigo que:

- Sempre que um município não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- Sempre que um município cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

De acordo com estes conceitos, e recorrendo a dados provisórios relativamente à contribuição das entidades participadas, a situação do Município de S. Pedro do Sul face ao limite da dívida total no final do exercício de 2017, era a seguinte:

Q23. APURAMENTO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL (art. 52º RFALEI)	
Designação	2017
Apuramento do Limite	
Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	12 823 812 €
Limite da Dívida Total (1,5 vezes a média)	19 235 717 €
Limite da Dívida Total para 2017 resultante da margem utilizável (al. b) do nº 3 artº 52)	8 931 877 €
Apuramento da Dívida Total	
Dívida Total de operações orçamentais do município*	5 882 371 €
Dívida das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total**	556 476 €
Dívida Total a 31/12/2017 excluindo operações extraorçamentais	6 438 847 €
Situação a 31/12/2017	
Margem absoluta	12 796 871 €
Margem em relação ao limite do ano	2 493 030 €

*Não inclui dívida relativa à participação no FAM

** Dados provisórios disponibilizados pelas entidades até 10/01/2018

De acordo com os dados apurados, confirma-se que, após um período de redução da dívida municipal acompanhada de um aumento das receitas correntes líquidas, a situação do município relativamente ao limite da dívida total melhorou substancialmente. No final de 2017, a dívida total de operações orçamentais, em termos individuais, situava-se em cerca de 5,882 milhões de euros, à qual acresce a

parte da dívida das entidades participadas que releva para o conceito da dívida total (dados provisórios), no montante de cerca de 556 mil euros. A dívida total municipal, incluindo as entidades relevantes para os efeitos previstos no art. 52.º da Lei n.º 73/2013, é de 6,439 milhões de euros, ficando bastante abaixo do limite global definido, de 19,236 milhões de euros.

Deve ainda referir-se que, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 3 do art. 52.º da Lei n.º 73/2013, o município só pode aumentar a dívida total pelo valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. Com base nesta regra, apurou-se um limite utilizável no ano de 2017, no valor de 8,932 milhões de euros, em relação ao qual, se obteve, ainda assim, uma margem de 2,493 milhões de euros.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de -98 978,16 euros, seja aplicado da seguinte forma:

- O valor seja transferido para a conta 59 – Resultados transitados;
- Não seja efetuado qualquer reforço do Património ou das Reservas.

5. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2017, registaram-se os seguintes factos relevantes para a situação económica e financeira do município:

- No âmbito de uma operação de substituição de dívida prevista no art. 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de fevereiro, foi contratado um empréstimo de médio/longo prazo com as seguintes características:
 - **Instituição Mutuante:** Banco BPI;
 - **Data de Contrato:** 16/01/2018;
 - **Montante:** Até 2.138.801 euros;
 - **Finalidade:** Liquidação antecipada dos empréstimos contratados em 31/10/2010 e 16/11/2012, relativos à construção de Polos Escolares e ao Programa de Apoio à Economia Local, respetivamente;
 - **Prazo Global:** 9 anos;
 - **Taxa de Juro:** Fixa de 1,59%.
- Com a entrada em vigor da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, foi alterado o art. 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, de acordo com o qual a subscrição de capital do Fundo de Apoio Municipal por parte do Estado e dos Municípios foi reduzida. Por força desta redução, os valores da participação deste município relativos aos anos vindendos passam a ser os seguintes:

Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
76 673,25 €	51 115,50 €	25 557,75 €

6. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

6.1. EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

Na sequência do Despacho conjunto do Secretário de Estado das Autarquias Locais e do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de julho de 2017, exarado nos termos do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, com a redação dada pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, foi determinada a suspensão da aplicação do Plano de Ajustamento Financeiro e das suas obrigações, aprovado no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local, ao Município de S. Pedro do Sul. Esta suspensão resulta do cumprimento, por parte deste município, do limite da dívida total, previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, podendo a mesma cessar caso se tivesse verificado, ao longo do exercício de 2017, o incumprimento do referido limite, o que não aconteceu.

Em 03/04/2018, por recurso à operação de substituição de dívida referida no anterior ponto 5, foi liquidada antecipadamente a totalidade do capital em dívida do empréstimo contratado no âmbito deste programa. Assim, de acordo com o disposto no n.º 8 do art. 6.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a partir da data de liquidação do empréstimo em questão, cessaram todas as obrigações constantes no Plano de Ajustamento Financeiro, ficando encerrado o programa para o Município de S. Pedro do Sul.

6.2. PLANOS DE LIQUIDAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO E ACORDOS DE PAGAMENTO

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, apresenta-se informação sobre o cumprimento dos Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso, assim como, dos Acordo de Pagamento em vigor:

1. Planos de Liquidação de Pagamentos em Atraso a 31/12/2014:

Montante global do PLPA: 1.142.739,65 €

Montante liquidado/regularizado até 31/12/2017: 1.142.739,65 €

Montante por liquidar: 0,00 €

2. Acordos de Pagamento em vigor a 31/12/2017:

Q24. ACORDOS DE PAGAMENTO			
Entidade	Data Início	Data Fim	Valor em Dívida a 31/12/2017
Ass. Mun. Planalto Beirão	15/02/2015	15/12/2018	130 043 €
Ass. Mun. Planalto Beirão	15/05/2016	15/04/2019	187 542 €
Ass. Mun. Planalto Beirão	15/02/2017	15/01/2019	94 213 €
IEFP	30/07/2014	30/03/2019	5 600 €

6.3. DECLARAÇÕES DE RECEBIMENTOS EM ATRASO, PAGAMENTOS EM ATRASO E COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES A 31/12/2017

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, apresentam-se, nos mapas em anexo, as declarações de recebimentos em atraso, pagamentos em atraso e compromissos plurianuais existentes a 31/12/2017.

Órgão Executivo

Em de de

.....

Órgão Deliberativo

Em de de

.....

Anexo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que os recebimentos em atraso do Município de S. Pedro do Sul existentes a 31 de Dezembro de 2017, são os que constam na seguinte lista:

(Declarados de forma agregada de acordo com o n.º 1 do art. 17.º do Decreto-Lei 127/2012)

ID	Ano da Dívida	Cl. Económica	Cliente/Devedor		Descrição	Valor	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
			NIF	Nome			
Valores agregados	vários	04012301	Diversos	Clientes/devedores diversos	Mercados e feiras	16 668,02	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Clientes/devedores diversos	Água, saneamento e RSU	51 531,76	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Clientes/devedores diversos	Publicidade, oc. domínio pub. e urbanismo	1 605,06	Juros de mora
Valores agregados	vários	040205	Diversos	Clientes/devedores diversos	Processos de contraordenação	300,20	Execução judicial
Valores agregados	vários	07020804	Diversos	Clientes/devedores diversos	Utilização de Inst. Desportivas	19 721,93	Juros de mora
Valores agregados	vários	070201	Diversos	Clientes/devedores diversos	Aluguer de espaços e equip. diversos	225,00	Juros de mora
Valores agregados	vários	07029999	Diversos	Clientes/devedores diversos	Universidade sénior	1 104,50	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020804	Diversos	Clientes/devedores diversos	Programa Desporto Sem Idade	52,50	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020904	Diversos	Clientes/devedores diversos	Transportes de diversa natureza	24 457,11	Juros de mora
Valores agregados	vários	07020904	Diversos	Clientes/devedores diversos	Transportes escolares	1 449,55	Juros de mora
Valores agregados	vários	07029999	Diversos	Clientes/devedores diversos	Refeições escolares	1 128,72	Juros de mora
Valores agregados	vários	0401239999	Diversos	Clientes/devedores diversos	Licenças ocasionais	829,92	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Clientes/devedores diversos	Serviços Administrativos	104,58	Juros de mora
Valores agregados	vários	09040101	Diversos	Clientes/devedores diversos	Venda de bens de investimento	1 300,00	Juros de mora
Valores agregados	vários	várias	Diversos	Diversos clientes/devedores	Diversas	23 218,16	Juros de mora
002/0004243	2016	040299	501145575	Montalvia Construtora, S.A.	Multas e penalidades diversas	19 373,16	Execução judicial
002/0004244	2016	040299	501145575	Montalvia Construtora, S.A.	Multas e penalidades diversas	18 194,01	Execução judicial
002/0006204	2015	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 435,58	Juros de mora
002/0006562	2015	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 435,58	Juros de mora
002/0008241	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0008710	2015	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 435,58	Juros de mora
002/0009503	2015	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 435,58	Juros de mora
002/0000763	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0001168	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0001941	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0002928	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0001349	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0004835	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0005444	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0006315	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0006796	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0007649	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0008982	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0010084	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0003669	2016	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 738,43	Juros de mora
002/0000504	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0002013	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0003223	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0004137	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0005186	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0006675	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0006909	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0007419	2015	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	64 435,58	Juros de mora
002/0007432	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0009511	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
002/0010491	2017	05109903	506817997	Termallistur - Termas de S.P.S., E.M., S.A.	Actividade termal	65 075,07	Juros de mora
Total						2 061 204,08	

NOTA: Não inclui os recebimentos em atraso relativos a receitas fiscais liquidadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, por falta de informação atualizada.

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo
Vitor Manuel de Almeida Figueiredo

Anexo



DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31/12/2017

(nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que o Município de S. Pedro do Sul não tem pagamentos em atraso a 31 de Dezembro de 2017.

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2017

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Abril, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março)

Vitor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal, declara, nos termos do n.º 1 do art. 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2017, se encontram devidamente registados na aplicação informática de suporte à contabilidade e foram comunicados, através do sistema integrado de informação das autarquias locais, à Direção-Geral das Autarquias Locais, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2018	13 800 134,87
2019	3 131 871,06
2020	392 109,74
Seguintes	1 637 831,78

S. Pedro do Sul, 31 de janeiro de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



Vitor Manuel de Almeida Figueiredo